

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO - 1999

Senhores Acionistas,

A Administração da CESP - Companhia Energética de São Paulo, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresenta suas Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social de 1999, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes e o Relatório das principais atividades desenvolvidas pela Companhia no período.

A CESP é a maior geradora de energia elétrica do Estado de São Paulo e a terceira companhia em capacidade instalada no ranking do Brasil, sendo a responsável por mais de 50% da energia gerada no Estado. As usinas da Companhia estão localizadas na região mais desenvolvida do país, no Estado de São Paulo onde concentra-se o maior parque industrial da América Latina, que responde por 36% do produto interno bruto do Brasil.

No ano de 1999, o Governo do Estado de São Paulo, em obediência à Lei Estadual nº 9.361/96 deu continuidade ao Programa Estadual de Desestatização - PED. Foi realizada a cisão parcial da CESP, dando início a operação comercial em 1º de abril de 1999 de uma empresa de transmissão de energia elétrica - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - CTEEP e duas empresas de geração de energia elétrica - Companhia de Geração de Energia Elétrica Paranapanema e Companhia de Geração de Energia Elétrica Tietê, permanecendo a CESP com as usinas de Ilha Solteira, Três Irmãos, Jupia, Engenheiro Sérgio Motta, Jaguari e Paraibuna. O Programa conduzido com seriedade e transparência pelo Governo do Estado, proporcionou o sucesso da venda em 14 de abril de 1999 do controle acionário da COMGÁS pertencente à CESP e o ingresso de importante recurso para redução da dívida financeira da Companhia. Posteriormente, o Governo Paulista procedeu a alienação das companhias geradoras Paranapanema em 28 de julho de 1999 e a Tietê em 27 de outubro de 1999, constituídas na cisão parcial da CESP.

Cabe destacar a inauguração em 23 de fevereiro de 1999 da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta com início da operação das três primeiras máquinas da usina, acrescentando ao sistema elétrico interligado sul/sudeste/centro-oeste 302,4 MW de potência, suficiente para atender a uma população superior a 900 mil habitantes. Quando concluída contará com 18 máquinas e uma potência instalada de 1.814,4 MW. Será a sexta maior hidrelétrica do país e a segunda da CESP. A capacidade instalada atual da CESP é 6.218 MW, com a conclusão da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta a sua capacidade será de 7.730 MW.

Em 23 de fevereiro de 1999 foi inaugurada também a eclusa definitiva da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta, necessária para a manutenção do transporte na Hidrovia Tietê-Paraná que dará escoamento a um tráfego de carga estimado em 2,5 milhões de toneladas anuais, contribuindo para a consolidação da Hidrovia do Mercosul.

Não obstante o forte impacto da desvalorização cambial verificada no início de 1999, os resultados refletem o sucesso obtido na alienação da COMGÁS, bem como a continuidade das medidas adotadas pela CESP desde 1995, reduzindo despesas, expandindo sua capacidade de produção, aprimoramento métodos de operação e gestão e inovando em tecnologia.

Por fim registramos e lamentamos a perda do nosso colega do Conselho Professor José Luiz de Anhaia Mello, ocorrido em julho de 1999.

Mauro Guilherme Jardim Arce

Presidente do Conselho de Administração

REESTRUTURAÇÃO SOCIETÁRIA E PATRIMONIAL

Em 19 de janeiro de 1999, o Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização - PED - órgão responsável por assessorar o Governador do Estado nas linhas gerais do processo de desestatização - recomendou a cisão parcial da CESP, com versão de parcelas de seu patrimônio para três novas sociedades - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - CTEEP, Companhia de Geração de Energia Elétrica Tietê - CGEET e Companhia de Geração de Energia Elétrica Paranapanema – CGEEP. O Governador do Estado aprovou tal recomendação.

Em seqüência ao processo, foram aprovados em 23 de março de 1999 a Justificação e o Protocolo de Cisão Parcial da CESP e realizada em 26 de março de 1999 a Assembléia Geral Extraordinária - AGE que deliberou sobre a cisão, com seus efeitos a partir de 31 de março de 1999. Cada acionista da CESP recebeu, para cada ação que possuía, uma ação de cada uma das novas empresas.

O patrimônio relacionado às operações de transmissão de energia elétrica foi incorporado pela CTEEP, exceção feita às subestação e linha da Usina Engenheiro Sérgio Motta. O patrimônio relacionado à atividade de geração de energia elétrica na Bacia do Rio Tietê (exceto a usina de Três Irmãos), além das usinas de Água Vermelha e as localizadas no Rio Pardo, foi transferido à CGEET, enquanto os ativos relacionados à geração de energia elétrica nas usinas localizadas na Bacia do Rio Paranapanema foram incorporados pela CGEEP.

Portanto, permaneceram na CESP, cindida, as Usinas do Rio Paraná (Ilha Solteira, Jupia e Engenheiro Sérgio Motta), além das UHE's Três Irmãos, Paraibuna e Jaguari.

O NOVO AMBIENTE REGULATÓRIO DO SETOR ELÉTRICO

O ano de 1999 foi marcado pela continuidade do processo de reestruturação do Setor Elétrico Brasileiro. Nesse contexto, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL determinou a substituição dos contratos de suprimentos, então vigentes, pelos Contratos Iniciais de Compra e Venda de Energia Elétrica, com previsão de redução nas quantidades contratadas de 25% a cada ano, a partir de 2003, para livre negociação. Assim, a partir de 2006 toda a energia será livremente negociada no mercado.

Para a utilização da rede de transmissão, foram firmados os Contratos de Uso dos Sistemas de Transmissão e os Contratos de Conexão.

A partir de junho de 1999, a energia de ITAIPU passou a ser contratada diretamente pelas distribuidoras, cabendo à CESP, tão somente, parcela relativa à sua carga própria, composta pelas distribuidoras com consumo anual inferior a 300 GWh, Vale do Paranapanema, Caiuá, Nacional, Bragantina e Santa Cruz e os consumidores livres. Ressalte-se que tal situação não trouxe qualquer prejuízo à CESP.

Verificou-se, também, em janeiro de 1999, a homologação do Acordo do Mercado Atacadista de Energia Elétrica (MAE) e, por consequência, a criação da Administradora de Serviços do MAE (ASMAE), com objetivo de prover todo o suporte administrativo, técnico e jurídico necessário às atividades do MAE.

Firmados os Contratos Iniciais e implementada a operacionalização do MAE, iniciou-se a contabilização mensal dos volumes de energia, considerando-se as variações de consumo/geração, a otimização da geração, o atraso/antecipação de entrada em operação de novas unidades geradoras e os contratos bilaterais firmados entre os agentes do MAE. Todo esse trabalho de contabilização encontra-se a cargo da ASMAE.

PROGRAMA DE DESESTATIZAÇÃO

O processo de desestatização do setor energético no Estado de São Paulo é regulado pela Lei Estadual 9.361/96

Em 14 de abril de 1999, a CESP realizou o leilão de um lote de 6.218.024.658 ações ordinárias, representativas de 51,89% do capital social que detinha na COMGÁS, obtendo um preço de R\$ 261,76 por lote de mil ações, representando um ágio de 119,32% sobre o preço mínimo. Concluído o processo de Oferta aos Empregados, o resultado da venda atingiu recursos da ordem de R\$ 1,7 bilhão que vem sendo aplicados prioritariamente no pagamento de sua dívida financeira.

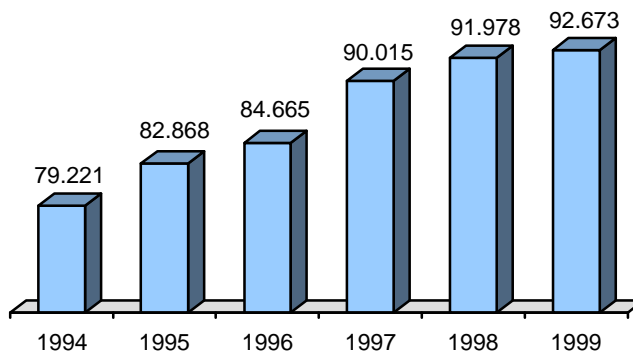
Das empresas originárias da cisão parcial da CESP, verificou-se a alienação pelo Governo do Estado de São Paulo, no segundo semestre de 1999, do controle acionário das Companhias de Geração de Energia Elétrica do Paranapanema - CGEEP e do Tietê - CGEET.

A Companhia também realizou em 1999, ofertas públicas de venda de ações ordinárias e preferenciais de emissão da ELEKTRO - Eletricidade e Serviços S.A. e da Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL, remanescentes na CESP, que geraram uma receita não operacional da ordem de R\$ 715 milhões.

A CESP E SEU MERCADO EM 1999

O consumo de energia elétrica no Estado de São Paulo durante o ano de 1999 apresentou expansão de 0,76% em relação ao ano anterior, totalizando 92.673 GWh. Dentre os segmentos que apresentaram maior crescimento destacam-se o comercial (5,5%) e o residencial (2,4%), compensados pela retração no consumo industrial (2,1%).

**Consumo de Energia Elétrica no Estado de São Paulo
GWh**



No ano de 1999, a CESP foi responsável por 62,4% da energia gerada no Estado de São Paulo, estando aí incluída a produção das geradoras Tietê e Paranapanema até março 1999, mês da cisão. Se considerada somente a produção das Usinas da CESP cindida, a participação foi de 50,3%, com um crescimento de 5,1% em relação a 1998.

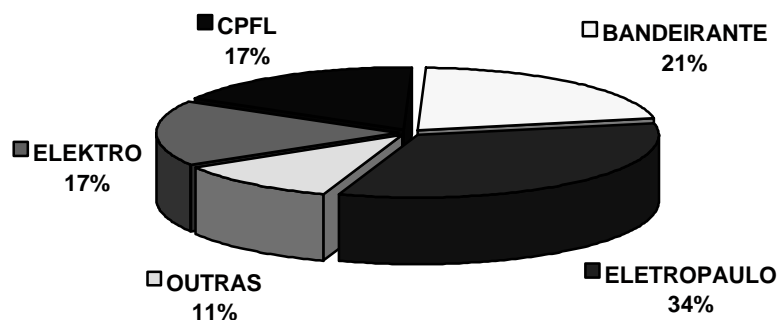
Produção da CESP por Usina - GWh*

Usinas	1997	1998	1999
Ilha Solteira	16.662,1	15.934,6	15.246,3
Três Irmãos	2.950,2	3.165,2	4.220,1
Jupiá	9.639,1	9.391,0	9.189,5
Engº Sérgio Motta	-	-	1.383,3
Paraibuna	459,6	464,2	379,0
Jaguari	142,7	108,9	124,8
Total	29.853,7	29.063,9	30.543,0

(*) Considera somente as UHE's da CESP cindida.

Considerando a energia própria gerada, a CESP supriu adequadamente as necessidades das empresas de distribuição do Estado de São Paulo, responsáveis pelo atendimento de 11,4 milhões de consumidores finais em 1999. Os principais clientes são a ELEKTRO - Eletricidade e Serviços S.A, Eletropaulo Metropolitana S.A. - ELETROPAULO, Bandeirante Energia S.A. - BANDEIRANTE e Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL, sendo a participação relativa de cada empresa nas compras de energia, demonstrada no gráfico a seguir:

**ENERGIA SUPRIDA PELA CESP
 ABRIL A DEZEMBRO/99 - APÓS CISÃO**

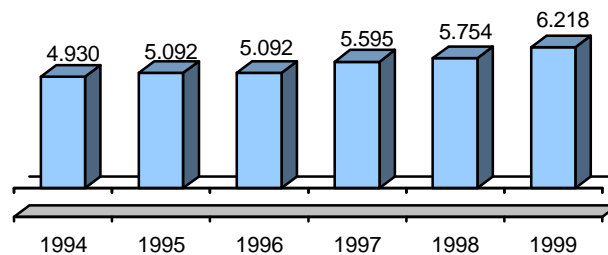


EXPANSÃO DA GERAÇÃO E DA TRANSMISSÃO

Para enfrentar com êxito a crescente demanda de energia elétrica no Estado, a CESP prosseguiu com o seu plano de investimento, o qual permitiu ao final de 1999, a expansão de 464 MW na capacidade instalada, decorrente da instalação das 3 primeiras máquinas da Usina Engenheiro Sérgio Motta (302 MW) e da máquina 5 da Usina de Três Irmãos (162 MW).

Em maio de 1999 tiveram início as obras do Circuito II da Linha de Transmissão Porto Primavera - Taquaruçu, em 460 kV, com 114 km de extensão e previsão de término para junho de 2000.

Potência Instalada - MW *



(*) Considera somente dados da CESP cindida.

QUALIDADE TOTAL NA GERAÇÃO

Em continuidade ao programa permanente de Gerenciamento da Qualidade Total, buscando a excelência de seus padrões de operação da CESP, o Laboratório Central de Engenharia Civil de Ilha Solteira recebeu o certificado ISO 9002 para o processo "Inspeção Visual de Estruturas Cíveis de Barragens".

Iniciou-se, também, a busca de certificação para os sistemas de "Formação e Desenvolvimento de Profissionais para Operação de Usinas Hidrelétricas" e "Geração de Energia", no Centro de Treinamento de Ilha Solteira e Usina de Ilha Solteira, respectivamente.

HIDROVIA TIETÊ - PARANÁ

Após a cisão, coube à CESP, a continuidade do Programa de Obras junto às eclusas das usinas de Três Irmãos, Jupia e Porto Primavera, para viabilizar a interligação hidroviária dos rios Tietê e Paraná, bem como continuar com as obrigações relativas ao Convênio União/CESP - Obras da Eclusa de Jupia (Plano Brasil em Ação).

As obras relativas a adequação das condições de operação da Hidrovia do Tietê ficaram sob a responsabilidade da CGEET. As quantidades, especificações e cronograma de implantação são parte integrante do edital de alienação como obrigações da geradora.

As atividades relacionadas com a administração da Hidrovia do Tietê, tais como sinalização, balizamento e fiscalização da operação das eclusas, nos trechos sob domínio do Estado de São Paulo e nos que forem objeto de delegação da União, passaram para o Departamento Hidroviário, órgão vinculado à Secretaria dos Transportes, com base no Decreto Estadual nº 44.265, de 17 de setembro de 1999, restando às empresas originárias da cisão, dar cumprimento aos programas de obras acima referidos.

MODERNIZAÇÃO EMPRESARIAL

Prosseguindo com as inovações na área de informática, a CESP implantou em outubro de 1999 o novo sistema operacional OS/390, versão 2.7, o qual possibilitará que o mainframe torne-se um mainserver, um grande servidor de base de dados, além de permitir o processamento multiplataformas como UNIX, base de dados ORACLE, Sistemas de Gestão Empresarial (ERP) e web (intranet e internet). A CESP é pioneira na instalação dessa solução.

RECURSOS HUMANOS

A Companhia reduziu o seu quadro de pessoal no ano de 1999 em 3.884 posições devido a transferência de 3.466 empregados para as empresas criadas com o processo de cisão parcial e ao desligamento de 418 empregados, substancialmente por adesão ao Programa de Desligamento Voluntário e Programa Especial de Aposentadoria, ficando a CESP remanescente com 1.596 colaboradores ao final do exercício.

BALANÇO SOCIAL

O quadro e tópicos seguintes apresentam informações relativas ao desempenho sócio-econômico da Companhia na sociedade em que está inserida, visando informar acionistas, empregados, governo e comunidade acerca de suas contribuições quanto a recolhimento de impostos, crescimento econômico e desenvolvimento social.

1. Bases de Cálculo	1999		1998	
	R\$ Mil		R\$ Mil	
Receita Bruta (RB).....	2.334.257		4.231.704	
Resultado do Serviço (RS).....	443.974		928.145	
Folha de Pagamento Bruta (FPB).....	218.704		454.269	

2. Indicadores Laboriais	1999			1998		
	R\$ Mil	% sobre		R\$ Mil	% sobre	
FPB		RS	FPB		RS	
Encargos Sociais Compulsórios	44.317	20,3	10,0	109.867	24,2	11,8
Entidade de Previdência dos Empregados	11.689	5,3	2,6	21.646	4,8	2,3
Alimentação.....	10.022	4,6	2,3	22.515	5,0	2,4
Saúde.....	10.564	4,8	2,4	24.291	5,3	2,6
Educação.....	2.247	1,0	0,5	2.399	0,5	0,3
Outros Benefícios.....	231	0,1	0,1	820	0,2	0,1
Total.....	79.070	36,1	17,9	181.538	40,0	19,5

3. Indicadores Sociais	R\$ Mil	% sobre		R\$ Mil	% sobre	
		RB	RS		RB	RS
Contribuições p/ a Sociedade/Investimentos em Cidadania.....	7.494	0,3	1,7	9.635	0,2	1,0
Investimentos em Meio Ambiente.....	9.129	0,4	2,1	19.137	0,5	2,1
Tributos e Contribuições (ICMS/COFINS/PIS).....	121.510	5,2	-	199.922	4,7	-
		% sobre			% sobre	
		Lucro			Lucro	
Tributos e Contribuições s/Lucro - C.Social e I.Renda.....	-	-	-	155.487	22,0	-
Total.....	138.133			384.181		

4. Indicadores do Corpo Funcional	1999		1998	
	Número de Empregados no Final do Exercício	1.596		5.480

RECONHECIMENTO DO UNICEF PARA O PROGRAMA CESP-CRIANÇA

Em 1999, o Programa CESP Criança manteve o reconhecimento e a recomendação do Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF, como modelo de atendimento à criança para a América Latina.

Com a plena utilização das instalações e recursos disponibilizados pela CESP, este programa atendeu ao longo de 12 anos de sua história aproximadamente 500 mil crianças e jovens, na faixa etária de 1 a 17 anos. Pelas suas realizações nesta importante área social, a CESP recebeu em 1999 também o Selo ABRINQ de Empresa Amiga da Criança, pelo 5º ano consecutivo.

Com objetivo de manter este importante trabalho social, foi criado o **INSTITUTO CESP CRIANÇA**, que continua sendo mantido pela CESP e demais empresas resultantes da cisão.

INVESTIMENTO EM RECURSOS HUMANOS

Visando o aprimoramento contínuo dos seus serviços, a CESP continuou a investir no treinamento do seu pessoal em 1999, envolvendo 1.200 empregados em programas de inovações tecnológicas e legais, mudanças estratégicas, desenvolvimento estratégico e qualificações diversas, totalizando 41.000 horas de treinamento.

PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Sempre em conformidade com sua Política de Meio Ambiente, a CESP vem desenvolvendo atividades, em sintonia com todos os aspectos sócio-ambientais.

Ao longo de 1999, foram produzidas 3,8 milhões de mudas de plantas de espécies nativas. Foram implantados 338 hectares de reflorestamento e contratados outros 700 hectares ao redor dos reservatórios das UHE's Engenheiro Sérgio Motta e Três Irmãos. O Programa de Fomento Florestal, que consiste no fornecimento de mudas e assistência técnica ao plantio realizado pelo interessado, resultou na implantação de mais 443 hectares, totalizando assim, uma área reflorestada de 1.481 hectares.

Considerando a interação flora e fauna, foram introduzidas 354 aves nativas, de diversas espécies, que contribuem para a dispersão de sementes e a conservação de matas ciliares, de fundamental importância na manutenção do equilíbrio ecológico dessas regiões. Destaca-se no manejo da fauna a produção de mais de 4 milhões de alevinos, de espécies ocorrentes nos reservatórios da Companhia, além do resgate de 46.000 animais quando da primeira fase do enchimento do reservatório da UHE Engenheiro Sérgio Motta.

No campo sócio econômico a CESP reassentou 312 famílias em 6 fazendas, em uma área total de 14,5 mil hectares, como parte do Programa de Remanejamento Populacional da UHE Engenheiro Sérgio Motta. Tal programa contempla, ainda, outros sub-programas, num total de 730 famílias beneficiadas.

O Programa de Recapitação e Requalificação de Mão-de-Obra, que objetiva auxiliar no aumento da renda das famílias impactadas pela UHE Engenheiro Sérgio Motta, foi implantado em 13 municípios do Estado de São Paulo e 5 municípios do Estado do Mato Grosso do Sul, num total de aproximadamente 9.000 participantes.

Dentre as licenças necessárias para a implantação e operação da UHE Engenheiro Sérgio Motta, destaca-se a Licença de Operação para o circuito I da Linha de Transmissão Porto Primavera/Taquaruçu, responsável pelo transporte de energia produzida no referido empreendimento.

ANÁLISE DO RESULTADO

O desempenho econômico-financeiro da CESP em 1999, para efeito comparativo com o exercício anterior, demanda especial atenção tendo em vista a entrada em operação da ELEKTRO, em 01 de junho de 1998 e a cisão parcial ocorrida na Companhia em 31 de março de 1999.

A partir de junho de 1998, as receitas e despesas das atividades de Distribuição deixaram de integrar o resultado da CESP, passando a ser registradas apenas as receitas de suprimento de energia à Distribuidora.

Adicionalmente, em decorrência do processo de cisão, as atividades de transmissão e parte da geração foram alocadas às companhias incorporadoras, que iniciaram operações comerciais em 01 de abril de 1999, não mais contribuindo para o resultado da CESP.

Desta forma a venda de energia às distribuidoras em 1999 atingiu R\$ 2.246 milhões sendo que deste valor, R\$ 1.601 milhões representam receita de venda de energia própria às empresas distribuidoras.

O resultado do serviço atingiu R\$ 444 milhões.

O resultado financeiro negativo de R\$ 2.484 milhões decorreu basicamente do impacto da desvalorização cambial de R\$ 1.884 milhões, reconhecido integralmente no resultado do exercício.

Finalmente, o expressivo resultado não operacional do exercício, da ordem de R\$ 2.088 milhões decorreu principalmente da alienação do controle acionário da COMGÁS e da alienação de participações minoritárias na ELEKTRO e CPFL.

Decorrente dos eventos mencionados, a Companhia encerrou o exercício com Lucro Líquido de R\$ 29 milhões.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores em milhares de reais)

	1999	1998 (reclassificado)
ATIVO		
CIRCULANTE		
Numerário disponível.....	32.207	31.576
Aplicações no mercado aberto.....	524.923	473.703
Consumidores.....	26.020	17.064
Revendedores.....	217.627	505.272
Provisão para créditos de liquidação duvidosa....	(18.982)	-
Tributos e contribuições compensáveis.....	77.900	47.589
Outros créditos.....	51.949	111.475
Crédito de alienação de bens e direitos.....	304.744	-
Cauções e depósitos vinculados.....	562.845	563.967
Almoxarifado.....	4.380	23.627
Despesas pagas antecipadamente.....	453	32
	<u>1.784.066</u>	<u>1.774.305</u>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		
Fundação CESP.....	-	86.088
Valores a receber.....	339.169	316.530
Cauções e depósitos vinculados.....	619.617	464.833
Outros créditos.....	61.627	39.237
	<u>1.020.413</u>	<u>906.688</u>
PERMANENTE		
Investimentos.....	74.237	1.019.705
Imobilizado		
Em serviço.....	11.984.599	10.644.893
Em curso.....	4.933.900	13.024.071
	<u>16.918.499</u>	<u>23.668.964</u>
	<u>16.992.736</u>	<u>24.688.669</u>
TOTAL DO ATIVO.....	<u><u>19.797.215</u></u>	<u><u>27.369.662</u></u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO
 (Valores em milhares de reais)

	1999	1998 (reclassificado)
PASSIVO		
CIRCULANTE		
Fornecedores.....	144.372	415.742
Supridores de energia elétrica.....	109.570	281.315
Folha de pagamento.....	5.909	20.643
Tributos e contribuições sociais.....	56.411	133.450
Encargos de dívidas.....	184.261	125.540
Empréstimos e financiamentos.....	723.188	847.261
Taxas regulamentares.....	35.475	62.811
Obrigações estimadas - Folha de pagamento.....	9.409	32.658
Provisão para contingências.....	27.292	56.693
Provisão para encargos fiscais e tributários.....	402.226	1.234.080
Valores a pagar.....	87.081	267.400
Juros sobre o capital próprio e Dividendos (1).....	129.643	280.792
Outros.....	245.605	293.674
	<u>2.160.442</u>	<u>4.052.059</u>
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		
Empréstimos e financiamentos.....	6.234.330	4.798.278
Tributos e contribuições sociais.....	125.142	450.723
Taxas regulamentares.....	32.560	-
Valores a pagar.....	441.313	2.176.149
Outros.....	2	1.715
	<u>6.833.347</u>	<u>7.426.865</u>
Obrigações vinculadas à concessão.....	15.481	29.415
	<u>6.848.828</u>	<u>7.456.280</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social realizado.....	2.655.433	3.117.433
Reservas de capital.....	5.539.288	9.195.896
Reservas de lucros (1).....	1.662.268	2.258.332
Lucros acumulados (1).....	930.956	1.288.996
	<u>10.787.945</u>	<u>15.860.657</u>
Recursos destinados a aumento de capital.....	-	666
	<u>10.787.945</u>	<u>15.861.323</u>
TOTAL DO PASSIVO.....	<u><u>19.797.215</u></u>	<u><u>27.369.662</u></u>

(1) Contas alteradas.

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores em milhares de reais)

	1999	1998
RECEITA OPERACIONAL		
Fornecimento de energia.....	85.995	490.937
Suprimento e transporte de energia.....	2.245.717	3.731.208
Outras receitas.....	2.545	9.559
	<u>2.334.257</u>	<u>4.231.704</u>
ENERGIA DE ITAIPU COMPRADA PARA REPASSE.....	(645.309)	(1.180.257)
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL		
Quota para a reserva global de reversão - RGR.....	(44.393)	(103.208)
ICMS sobre fornecimento de energia.....	(15.174)	(88.288)
COFINS.....	(66.153)	(84.252)
PIS/PASEP.....	(15.179)	(27.382)
	<u>(140.899)</u>	<u>(303.130)</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	1.548.049	2.748.317
DESPESA OPERACIONAL		
Pessoal.....	(169.408)	(321.920)
Pessoal - Superávit/déficit atuarial - Fundação CESP.....	54.413	(16.431)
Material.....	(16.010)	(32.391)
Serviços de terceiros.....	(64.249)	(148.508)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos.....	(44.383)	(66.756)
Quota para a conta de consumo de combustível - CCC.....	(7.632)	(13.319)
Energia comprada para revenda.....	(365.548)	(683.533)
Encargos de uso da rede elétrica.....	(49.844)	(14.950)
Depreciação.....	(369.807)	(453.954)
Outras despesas.....	(71.607)	(68.410)
	<u>(1.104.075)</u>	<u>(1.820.172)</u>
RESULTADO DO SERVIÇO.....	443.974	928.145
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS.....	(18.153)	10.299
RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA		
Receita.....	560.877	160.066
Despesa		
Encargos de dívidas.....	(545.986)	(372.672)
Outras.....	(320.448)	(475.444)
Variações monetárias e cambiais líquidas.....	(2.178.678)	(478.658)
Juros sobre o capital próprio.....	-	(311.743)
	<u>(3.045.112)</u>	<u>(1.638.517)</u>
	<u>(2.484.235)</u>	<u>(1.478.451)</u>
RESULTADO OPERACIONAL.....	(2.058.414)	(540.007)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL.....	2.087.613	1.245.123
LUCRO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA.....	29.199	705.116
Contribuição social.....	-	(33.256)
Imposto de renda.....	-	(122.231)
LUCRO ANTES DA REVERSÃO DOS JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO.....	29.199	549.629
Reversão dos juros sobre o capital próprio.....	-	311.743
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO.....	29.199	861.372
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$.....	0,31	9,19

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 (Valores em milhares de reais)

	1999	1998
ORIGENS		
Das operações		
Lucro líquido do exercício.....	29.199	861.372
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante líquido:		
Depreciação.....	369.807	453.954
Variação monetária e cambial de itens de longo prazo	1.662.242	331.786
Resultado de participação societária.....	18.153	(10.299)
Provisão para redução de investimentos permanentes.....	-	44.935
Baixas cisão - Acervo Líquido	168.902	-
Baixas de investimentos - alienação.....	954.921	-
Baixas do ativo imobilizado.....	5.763	366.669
Outras.....	3.311	28.996
	<u>3.212.298</u>	<u>2.077.413</u>
De terceiros		
Empréstimos e financiamentos de longo prazo	233.489	43.245
Transferência do circulante para o exigível a longo prazo.....	635.008	2.360.029
Parcelamentos de tributos e contribuições sociais	24.031	143.094
Déficit atuarial - Fundação CESP.....	-	20.863
Transferência do realizável a longo prazo - outros.....	10.807	-
Outras	490	7.862
	<u>903.825</u>	<u>2.575.093</u>
Total das origens	<u>4.116.123</u>	<u>4.652.506</u>
APLICAÇÕES		
Juros sobre o capital próprio.....	-	311.743
Dividendos complementares - 1998.....	55.014	-
Dividendos para as ações preferenciais - aprovado em AGO de 05 de maio de 2000 (1).....	127.975	-
Aumento do investimento em controladas.....	-	8.145
Aquisição de investimentos.....	133.548	-
Aquisições do imobilizado	521.779	1.032.287
Constituição da ELEKTRO.....	-	39.817
Aumento do realizável a longo prazo	52.318	-
Encargos financeiros e efeitos inflacionários alocados ao imobilizado.....	80.722	36.643
Créditos - Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda.....	-	15.887
Transferência de empréstimos a longo prazo para o circulante	1.076.929	1.115.337
Transferência de outros exigíveis a longo prazo para o circulante	99.736	123.221
Superávit atuarial - Fundação CESP	66.721	-
Outras	3	16.529
	<u>2.214.745</u>	<u>2.699.609</u>
Total das aplicações	<u>2.214.745</u>	<u>2.699.609</u>
AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO.....	<u>1.901.378</u>	<u>1.952.897</u>
DEMONSTRAÇÃO DO AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO		
Ativo circulante		
No início do exercício.....	1.774.305	1.871.546
No fim do exercício.....	1.784.066	1.774.305
Aumento (redução) do ativo circulante	<u>9.761</u>	<u>(97.241)</u>
Passivo circulante		
No início do exercício.....	4.052.059	6.102.197
No fim do exercício.....	2.160.442	4.052.059
Redução do passivo circulante	<u>(1.891.617)</u>	<u>(2.050.138)</u>
AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO.....	<u>1.901.378</u>	<u>1.952.897</u>

(1) Item incluído

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores em milhares de reais)**

DISCRIMINAÇÃO	CAPITAL SOCIAL REALIZADO	RESERVAS DE				LUCROS ACUMULADOS	SUBTOTAL	RECURSOS DESTINADOS A AUMENTO DE CAPITAL	TOTAL
		CAPITAL	REAVALIAÇÃO EM CONTROLADA	LUCROS	LUCROS CONTA DE CISÃO				
Saldos em 31 de dezembro de 1997.....	3.117.433	8.242.934	64.535	2.165.289	-	767.875	14.358.066	666	14.358.732
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
- capital próprio.....	-	908.027	-	-	-	-	908.027	-	908.027
Incentivos fiscais.....	-	44.935	-	-	-	-	44.935	-	44.935
Realização de reserva de reavaliação - controlada.....	-	-	(9.830)	-	-	9.830	-	-	-
Realização de reserva de lucros a realizar.....	-	-	-	(106.042)	-	106.042	-	-	-
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	-	-	861.372	861.372	-	861.372
Destinação do lucro proposta àAGO:									
Reserva legal.....	-	-	-	43.068	-	(43.068)	-	-	-
Reserva estatutária.....	-	-	-	101.312	-	(101.312)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio.....	-	-	-	-	-	(311.743)	(311.743)	-	(311.743)
Saldos em 31 de dezembro de 1998.....	3.117.433	9.195.896	54.705	2.203.627	-	1.288.996	15.860.657	666	15.861.323
Cisão parcial da CESP - 31 de março de 1999:									
Cia. de Transmissão de Energia Elétrica Paulista.....	(242.000)	(1.188.882)	-	(204.902)	28.821	(60.485)	(1.667.448)	(666)	(1.668.114)
Cia. de Geração de Energia Elétrica Tietê.....	(100.000)	(482.211)	-	(104.350)	115.269	(168.064)	(739.356)	-	(739.356)
Cia. de Geração de Energia Elétrica Paranapanema.....	(120.000)	(2.010.426)	-	(303.185)	98.731	(200.512)	(2.535.392)	-	(2.535.392)
Saldos remanescentes em 01 de abril de 1999.....	2.655.433	5.514.377	54.705	1.591.190	242.821	859.935	10.918.461	-	10.918.461
Dividendos complementares - 1998									
- deliberado em AGO/E de 27 de abril de 1999.....	-	-	-	-	-	(55.014)	(55.014)	-	(55.014)
Incentivos fiscais.....	-	24.911	-	-	-	-	24.911	-	24.911
Reversão parcial de reserva de reavaliação - controlada.....	-	-	(1.637)	-	-	-	(1.637)	-	(1.637)
Realização de reserva de reavaliação - controlada.....	-	-	(53.068)	-	-	53.068	-	-	-
Realização de reserva de lucros a realizar.....	-	-	-	(73.498)	-	73.498	-	-	-
Realização de reserva de lucros - Conta de Cisão.....	-	-	-	-	(242.821)	242.821	-	-	-
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	-	-	29.199	29.199	-	29.199
Destinação do lucro proposta àAGO:									
Reserva legal.....	-	-	-	1.460	-	(1.460)	-	-	-
Reserva estatutária.....	-	-	-	5.548	-	(5.548)	-	-	-
Em AGO de 05 de maio de 2000, foi aprovado além da constituição de reservas o seguinte:									
- Reserva especial de dividendos - ações ordinárias (1).....	-	-	-	137.568	-	(137.568)	-	-	-
- Pagamento de dividendos - ações preferenciais (1).....	-	-	-	-	-	(127.975)	(127.975)	-	(127.975)
Saldos em 31 de dezembro de 1999.....	2.655.433	5.539.288	-	1.662.268	-	930.956	10.787.945	-	10.787.945

(1) Itens incluídos

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações

ANEXO I
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Valores em milhares de reais)

	<u>1999</u>	<u>1998</u>
GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Receitas de Vendas de Energia e Serviços.....	2.334.257	4.231.704
Provisões Operacionais.....	(18.982)	-
Resultado não Operacional.....	2.087.613	1.245.123
	<u>4.402.888</u>	<u>5.476.827</u>
Menos:		
Insumos		
Custo da Energia Comprada e Uso da Rede Elétrica.....	1.060.701	1.878.740
Serviços de Terceiros.....	64.249	148.508
Materiais.....	16.010	32.391
Outros Custos Operacionais.....	61.626	103.621
	<u>1.202.586</u>	<u>2.163.260</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO.....	<u>3.200.302</u>	<u>3.313.567</u>
Depreciação	369.807	453.954
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO.....	<u>2.830.495</u>	<u>2.859.613</u>
TRANSFERÊNCIAS		
Receitas Financeiras	560.877	160.066
Resultado de Participações Societárias.....	(18.153)	10.299
Superávit/Déficit Atuarial - Fundação CESP.....	54.413	(16.431)
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR.....	<u>3.427.632</u>	<u>3.013.547</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Remuneração do Trabalho.....	169.408	321.920
Impostos, Taxas e Contribuições.....	121.510	355.409
Juros e Variações Monetárias.....	3.045.112	1.326.774
Arrendamentos e Aluguéis.....	10.378	31.545
Intrasetoriais - RGR/CCC.....	52.025	116.527
	<u>3.398.433</u>	<u>2.152.175</u>
Lucro Líquido do Exercício.....	29.199	861.372
TOTAL.....	<u>3.427.632</u>	<u>3.013.547</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 1999 E 1998

(Valores expressos em milhares de reais)

A Comissão de Valores Mobiliários - CVM, através de sua área técnica, manifestou-se sobre as demonstrações financeiras do exercício de 1999 quanto à destinação do resultado, sem a distribuição de dividendos aos acionistas.

As demonstrações contábeis da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 1999, publicadas na íntegra em 23 de março de 2000, nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo e Gazeta Mercantil, consignaram a destinação para lucros acumulados de todo o lucro do exercício, com base no artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e Instrução CVM nº 59/86, após as realizações de reservas e constituições de reserva legal e estatutária.

Na Assembléia Geral Ordinária instalada em 25 de abril de 2000 e concluída em 5 de maio de 2000 foi aprovado o pagamento de dividendos para as ações preferenciais no montante de R\$ 127.975 mil, a constituição de uma Reserva Especial no montante de R\$ 137.568 mil correspondente à parcela de lucros não distribuída sob a forma de dividendos às ações ordinárias, e a retenção do saldo remanescente de lucros na conta de lucros acumulados, com as devidas alterações nas notas 20.2 e 20.3. Em decorrência, as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 1999 foram aprovadas pela AGO com essas modificações.

A presente republicação das referidas demonstrações contábeis, com identificação das modificações aprovadas, objetiva atender às disposições da legislação societária, determinações da CVM e deliberações aprovadas na AGO.

1. REESTRUTURAÇÃO DO SETOR ENERGÉTICO DO ESTADO DE SÃO PAULO - CISÃO DA CESP

A CESP - Companhia Energética de São Paulo (CESP ou Companhia) é uma sociedade de economia mista, de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de São Paulo e suas ações são negociadas em todas as bolsas de valores brasileiras, principalmente nas de São Paulo e Rio de Janeiro. A Companhia tem como atividades principais o planejamento, a construção e a operação de sistemas de geração e comercialização de energia elétrica.

A Companhia está incluída no Programa Estadual de Desestatização - PED, criado através da Lei 9.361, de 05 de julho de 1996, que dispõe sobre a reestruturação patrimonial e societária do setor energético do Estado de São Paulo. Na estrita observância dessa Lei e no cumprimento das diretrizes emanadas do Conselho Diretor do PED, o Conselho de Administração, em reunião realizada em 26 de janeiro de 1999, deliberou pela cisão parcial da CESP, com versão parcial de seus ativos para a criação de três empresas, sendo uma de transmissão e duas geradoras de energia elétrica.

A cisão parcial da CESP e a conseqüente incorporação, pelas empresas, nos termos do Protocolo de Cisão Parcial, foram eficazes a partir de 31 de março de 1999, após a sua aprovação em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 26 de março de 1999, quando parcelas do seu patrimônio foram incorporadas pelas empresas Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista-CTEEP, Companhia de Geração de Energia Elétrica Tietê-CGEET e Companhia de Geração de Energia Elétrica Paranapanema-CGEEP, que iniciaram operações comerciais em 1º de abril de 1999. O balanço patrimonial, base para cisão, foi o levantado pela Companhia em 31 de dezembro de 1998. A incorporação das parcelas do patrimônio da CESP, pelas empresas, teve sua aprovação em Assembléia Geral Extraordinária de cada incorporadora, realizadas em 30 de março de 1999.

O resultado do período compreendido entre 01 de janeiro e 31 de março de 1999 pertenceu exclusivamente à CESP. As variações patrimoniais ocorridas entre a data do balanço patrimonial de 31 de dezembro de 1998, base para a cisão e 31 de março de 1999, referentes aos elementos ativos e passivos que integraram o patrimônio líquido das empresas incorporadoras, foram registradas na CESP, a crédito (se positivas) ou a débito (se negativas), em conta de cisão, lançada, respectivamente, às reservas de capital e de lucros da Companhia.

A CESP deverá ter seu controle acionário alienado pelo Governo do Estado de São Paulo. Encontram-se em processo de estudo pela Companhia, seus consultores e pelo Conselho Diretor do PED, a definição do preço mínimo e a data para realização do leilão.

Apresentamos a seguir os elementos ativos e passivos formadores do Patrimônio, na data base de 31 de março de 1999:

Balancos Patrimoniais em 31 de março de 1999

ATIVO	PARCELA CINDIDA				CESP (remanescente)
	CESP (antes da cisão)	CTEEP	CGEET	CGEEP	
CIRCULANTE					
Disponibilidades.....	683.685	70.000	8.000	1.000	604.685
Consumidores.....	5.068	-	-	-	5.068
Revendedores.....	683.480	-	-	-	683.480
Almoxarifado.....	25.684	19.853	1.945	480	3.406
Valores a receber.....	28.067	-	-	-	28.067
Outros créditos.....	1.024.360	40.543	-	-	983.817
Despesas pagas antecipadamente.....	48	-	-	-	48
	<u>2.450.392</u>	<u>130.396</u>	<u>9.945</u>	<u>1.480</u>	<u>2.308.571</u>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO					
Fundação CESP.....	89.953	89.953	-	-	-
Valores a receber.....	316.530	-	-	-	316.530
Outros.....	513.828	-	-	-	513.828
	<u>920.311</u>	<u>89.953</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>830.358</u>
PERMANENTE					
Investimentos.....	845.868	143.766	-	-	702.102
Imobilizado.....	23.910.900	1.490.831	1.917.689	3.705.653	16.796.727
Diferido.....	1.713.158	-	-	-	1.713.158
	<u>26.469.926</u>	<u>1.634.597</u>	<u>1.917.689</u>	<u>3.705.653</u>	<u>19.211.987</u>
TOTAL DO ATIVO.....	<u>29.840.629</u>	<u>1.854.946</u>	<u>1.927.634</u>	<u>3.707.133</u>	<u>22.350.916</u>

PASSIVO	PARCELA CINDIDA				CESP (remanescente)
	CESP (antes da cisão)	CTEEP	CGEET	CGEEP	
CIRCULANTE					
Fornecedores.....	323.989	-	-	-	323.989
Supridores de energia.....	447.218	-	-	-	447.218
Tributos a recolher.....	139.066	-	-	62.921	76.145
Empréstimos e financiamentos.....	1.038.879	13.126	54.989	1.997	968.767
Encargos de dívidas.....	258.797	-	-	-	258.797
Encargos do consumidor.....	51.153	-	-	-	51.153
Salários e contribuições sociais.....	54.317	17.074	4.618	2.454	30.171
Provisão para enc. fiscais e tributários.....	1.312.091	-	-	-	1.312.091
Valores a pagar.....	268.364	12.652	62.655	48.179	144.878
Juros sobre o capital próprio.....	280.792	-	-	-	280.792
Outros.....	513.829	20.865	5.732	3.461	483.771
	<u>4.688.495</u>	<u>63.717</u>	<u>127.994</u>	<u>119.012</u>	<u>4.377.772</u>
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO					
Empréstimos e financiamentos.....	6.566.842	32.304	97.923	4.915	6.431.700
Tributos a recolher.....	431.258	-	-	298.874	132.384
Valores a pagar.....	2.296.430	86.606	957.580	743.993	508.251
Outros.....	1	-	-	-	1
Obrigações especiais.....	29.415	4.205	4.781	4.947	15.482
	<u>9.323.946</u>	<u>123.115</u>	<u>1.060.284</u>	<u>1.052.729</u>	<u>7.087.818</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social.....	3.117.433	242.000	100.000	120.000	2.655.433
Reservas de capital.....	9.316.567	1.188.882	482.211	2.010.426	5.635.048
Reserva de reavaliação em controlada.....	51.041	-	-	-	51.041
Reservas de lucros.....	2.182.203	176.081	(10.919)	204.454	1.812.587
Lucros acumulados.....	1.160.278	60.485	168.064	200.512	731.217
	<u>15.827.522</u>	<u>1.667.448</u>	<u>739.356</u>	<u>2.535.392</u>	<u>10.885.326</u>
Recursos destin. a aumento de capital.....	666	666	-	-	-
	<u>15.828.188</u>	<u>1.668.114</u>	<u>739.356</u>	<u>2.535.392</u>	<u>10.885.326</u>
TOTAL DO PASSIVO.....	<u>29.840.629</u>	<u>1.854.946</u>	<u>1.927.634</u>	<u>3.707.133</u>	<u>22.350.916</u>

2. DESESTATIZAÇÃO DA COMGÁS

Decorrente da aprovação, pela Assembléia Legislativa, da Proposta de Emenda Constitucional que extinguiu o monopólio estatal na distribuição de gás no estado de São Paulo, o Governo do Estado, através do Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização - PED, deliberou pela desestatização da COMGÁS - Companhia de Gás de São Paulo mediante a venda das ações que se encontravam em poder da CESP, tendo fixado o preço mínimo da COMGÁS em R\$ 1.430.085, correspondente a R\$ 119,35 por lote de mil ações.

Em 14 de abril de 1999, em leilão realizado na Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA, sagrou-se vencedora a oferta do Consórcio Integral Holdings, tendo a CESP concretizado a venda de 6.218.024.658 ações ordinárias de sua propriedade, representando 51,89% do capital votante, ao preço de R\$ 261,76 por lote de mil ações, perfazendo o total de R\$ 1.627.630, com um ágio de 119,32% em relação ao preço mínimo.

Face aos termos do edital de venda, 833.222.708 ações ordinárias e 365.005.261 ações preferenciais, perfazendo um total de 10,0% do capital social, foram ofertadas aos empregados, tendo os mesmos adquirido 220.297.853 ações preferenciais. As ações remanescentes foram adquiridas pelo novo controlador.

Concluída a oferta aos empregados, o valor da alienação alcançou o total de R\$ 1.770.731, com um ganho líquido de R\$ 1.410.410 registrado no resultado não operacional.

3. CONTEXTO OPERACIONAL - APÓS REESTRUTURAÇÃO

Conforme mencionado na Nota 1, a CESP passou por processo de cisão parcial, tendo parte de seus ativos vertidos para outras empresas. Remanesceram com a CESP as usinas de Ilha Solteira, Três Irmãos, Jupia, Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera), Jaguari e Paraibuna, que representam um expressivo parque gerador instalado de **6.218 MW**.

Além disso, a Companhia mantém investimentos na Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera), atualmente em construção, com potência total de 1.814 MW, dos quais 302 MW instalados em 1999 e 101 MW em janeiro de 2000.

A CESP também mantém outras atividades operacionais, tais como navegação fluvial (na Hidrovia Tietê-Paraná), florestamento, reflorestamento e piscicultura, como meio de proteger os ambientes modificados pela construção de seus reservatórios e instalações. Como concessionária de serviço público de energia elétrica, a CESP tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, e opera suas usinas de forma integrada com o ONS – Operador Nacional do Sistema.

Da receita operacional da Companhia, 96,21% (88,17% em 1998) são provenientes de suprimento de energia elétrica a concessionárias. Os principais clientes são: Eletropaulo - Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. (ELETROPAULO); Bandeirante Energia S.A. (BANDEIRANTE); Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL; e ELEKTRO - Eletricidade e Serviços S.A..

4. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e de acordo com a Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, na forma da “**Legislação Societária**”, conjugada com a legislação específica aplicável às concessionárias de Serviço Público de Energia Elétrica, emanada da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e com as instruções da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Em conformidade com as instruções contidas no Ofício/Circular/ANEEL nº 990/1999 de 29 de dezembro de 1999, algumas informações adicionais em notas explicativas e quadros suplementares estão sendo apresentadas. Objetivando uma melhor comparação entre as demonstrações contábeis, certos saldos foram reclassificados no balanço patrimonial de 1998, facilitando o entendimento dos dados e informações apresentados pelos acionistas, público interessado e mercado em geral.

5. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Aplicações no Mercado Aberto

As aplicações financeiras estão registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

b. Consumidores e Revendedores

As contas a receber incluem os valores faturados e a receita referente à energia fornecida e ainda não faturada.

c. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir possíveis perdas na realização de créditos a receber.

d. Almojarifado

Os materiais em estoque nos almojarifados, classificados no ativo circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição e aqueles destinados a investimentos estão registrados no ativo imobilizado em curso, pelo custo de aquisição.

e. Investimentos

As participações societárias em empresas e outros investimentos estão registrados ao custo de aquisição e deduzida de provisão para perdas, quando aplicável.

f. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, incluindo a Correção Monetária Complementar - CMC, Lei nº 8.200, de 28 de junho de 1991. A depreciação foi calculada pelo método linear, de acordo com as taxas anuais fixadas pelo Poder Concedente, determinadas pela Resolução ANEEL nº 002, de 24 de dezembro de 1997, atualizada pela Resolução ANEEL nº 044, de 17 de março de 1999.

Em função do disposto nas Instruções Gerais nº 35 e 36 do Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, os juros e demais encargos financeiros e efeitos inflacionários, relativamente aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão registrados neste subgrupo como custo. Mesmo procedimento foi adotado até 31 de dezembro de 1998 para os juros computados sobre o capital próprio que financiou as obras em andamento, conforme previsto na legislação específica do Serviço Público de Energia Elétrica.

Os Custos Indiretos de Obras em Andamento são apropriados mensalmente às imobilizações em curso, mediante rateio, limitados a 10% dos gastos diretos com pessoal e mão-de-obra de terceiros, atribuíveis às obras em curso.

g. Empréstimos, financiamentos e outras obrigações

Os empréstimos e financiamentos são atualizados pela variação monetária/cambial, incorrida até a data do balanço, incluindo juros e demais encargos previstos contratualmente.

Outras obrigações estão atualizadas com base nos indexadores, incluindo juros e demais encargos previstos legal ou contratualmente.

h. Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro

O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas vigentes, observando-se as disposições da legislação aplicável quanto à inclusão de despesas não dedutíveis, receitas não tributáveis, consideração de diferenças intertemporais e existência de saldos de prejuízos fiscais acumulados. Conforme deliberação CVM nº 273, a Companhia não registrou o crédito tributário sobre diferenças intertemporais e prejuízos fiscais acumulados.

i. Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

j. Lucro por Ação

Determinado com base na quantidade de ações do capital social integralizado em circulação na data do balanço.

6. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS

O saldo inclui crédito de Imposto de Renda de R\$ 66.910, originário de recolhimento por estimativa em 1998, e de retenções sobre rendimentos de aplicações financeiras dos exercícios de 1998 e 1999, e R\$ 10.990 de Contribuição Social sobre o Lucro de 1998.

7. OUTROS CRÉDITOS - CIRCULANTE

	1999	1998
Adiantamentos - Lei nº 4819/58.....	-	36.712
Fundação CESP.....	4.698	5.953
Contrato Financeiro - Secretaria da Fazenda.....	8.490	-
Serviços Prestados a Terceiros.....	8.785	25.339
Devedores Diversos.....	12.981	22.793
Programa Estadual de Desestatização - PED.....	5.043	8.634
Crédito de Alienação de Bens e Direitos - Diversos.....	1.844	2.654
Outros.....	10.108	9.390
	<u>51.949</u>	<u>111.475</u>

8. CRÉDITO DE ALIENAÇÃO DE BENS E DIREITOS

Inclui saldo atualizado de R\$ 236.243 (IGP-M + 12% a.a.) referente à alienação de ações da CPFL (Nota 11.1.b) adquiridas pela DOC-4 Participações S.A., ao valor de R\$ 302.694 tendo sido recebidos 25% em 24 de novembro de 1999. O restante será liquidado em 22 de maio de 2000 (25%) e 20 de novembro de 2000 (50%).

Inclui ainda, saldo atualizado de R\$ 68.501 (IGP-M + 12% a.a.) referente a leilão, realizado na BOVESPA em 19 de novembro de 1999, de 133.056 debêntures adquiridas pela DRAFT II Participações S.A., ao valor de R\$ 164.567 recursos estes destinados ao pagamento de fornecedores de equipamentos e serviços da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera). Do valor total deste leilão foram recebidos 40% R\$ 66.110 em 24 de novembro de 1999, 20% R\$ 34.535 em 15 de dezembro de 1999, e o restante liquidado em duas parcelas de 20% cada, em 15 de janeiro e 15 de fevereiro de 2000.

9. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

9.1. Circulante

	<u>1999</u>	<u>1998</u>
COFINS (1).....	174.656	246.341
PIS / PASEP (2).....	374.327	305.874
Outros.....	13.862	11.752
	<u>562.845</u>	<u>563.967</u>

- (1) Até 31 de dezembro de 1998, permaneciam bloqueados recursos da ordem de R\$ 810.541, parte representado por ações da COMGÁS e CPFL e parte em recursos monetários R\$ 246.341.

Por ocasião da liquidação financeira do leilão da COMGÁS, em 23 de abril de 1999, foi retido pela CBLC - Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia o valor de R\$ 551.075 em dinheiro, para substituir as ações da COMGÁS (liberadas ao consórcio vencedor), que até então estavam em garantia da ação de execução fiscal. Com base no acordo efetuado entre a CESP e a Procuradoria da Fazenda Nacional e nas condições previstas na Medida Provisória nº 1.858-8/99, foi expedido alvará para levantamento dos valores envolvidos, com conversão em renda para a União do valor de R\$ 683.928 (tendo contraposto este valor com o Passivo Circulante - Provisão para Encargos Fiscais e Tributários), dando quitação final das contribuições não recolhidas, acrescidas dos encargos moratórios aplicáveis. O saldo remanescente atualizado está em processo de liberação para a CESP. (Nota 17).

- (2) O saldo atualizado refere-se a recursos bloqueados, em função de ação de execução fiscal decorrente de auto de infração pelo não recolhimento de contribuições ao PASEP, no período compreendido entre janeiro de 1989 e agosto de 1994. A CESP questionava o seu enquadramento como contribuinte do PASEP até setembro de 1988 e a constitucionalidade das contribuições ao PIS/PASEP a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988. Com base na Medida Provisória nº 1.858-8/99, foram apresentados cálculos com o objetivo de converter, em renda para União, parte dos recursos bloqueados, para quitação final das contribuições não recolhidas acrescidas dos encargos moratórios aplicáveis. Está sendo aguardada a decisão final do Tribunal Regional Federal de São Paulo sobre a matéria. (Nota 17).

9.2. Realizável a Longo Prazo

O saldo atualizado de cauções e depósitos vinculados, no valor de R\$ 619.617 refere-se a garantia em dinheiro relacionada à ação de execução de valores a pagar a título de indenizações pela dissolução do Consórcio Paulipetro. A CESP questiona em juízo o valor da indenização pleiteada, tendo embargado seu pagamento. Não há até o momento decisão final sobre esta matéria. Esta questão está incluída nas discussões da Companhia junto ao Governo do Estado de São Paulo.

10. REALIZÁVEL A LONGO PRAZO - VALORES A RECEBER

Inclui o valor de R\$ 316.530 referente à liquidação de ações judiciais, a título de indenizações pelo cancelamento de contratos com fornecedores e prestadores de serviços, em função da dissolução do Consórcio Paulipetro, em 1983.

Conforme acordos firmados entre as partes, o Governo do Estado de São Paulo, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, reembolsará a CESP pelos valores desembolsados. A forma de ressarcimento desse saldo está sendo discutida pela CESP e o Governo Estadual.

O saldo inclui também contrato financeiro celebrado com a Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, repassado para a Fundação CESP, no valor de R\$ 22.639. (Nota 18).

11. INVESTIMENTOS

	<u>1999</u>	<u>1998</u>
Participação em Controladas (Nota 2)		
COMGÁS		
Investimento.....	-	383.422
Participação minoritária em Empresas		
CPFL	15.066	320.496
ELEKTRO.....	-	284.284
FINAM.....	37.833	-
Outras.....	8.304	8.247
	<u>61.203</u>	<u>613.027</u>
Outros Investimentos.....	<u>13.034</u>	<u>23.256</u>
	<u>74.237</u>	<u>1.019.705</u>

11.1. Alienação de Participações

a. Alienação das Ações da ELEKTRO

Concluída a operação de alienação do controle acionário da ELEKTRO, no exercício anterior, remanesceram com a CESP 1.261.485 mil ações ordinárias e 40.089.457 mil ações preferenciais, as quais foram leiloadas em sua totalidade, na Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA, em 18 de fevereiro de 1999, sendo adquiridas pelo grupo controlador da ELEKTRO.

A receita com a alienação foi de R\$ 413.509, já integralizada no caixa da Companhia, resultando em um ganho líquido de R\$ 204.276, registrado no resultado não operacional.

b. Alienação das Ações da CPFL

Em leilão realizado na BOVESPA, em 19 de novembro de 1999, foram adquiridas pela DOC-4 Participações S.A., 163.018.360 ações ordinárias e 2.182.538.976 ações preferenciais de emissão da CPFL, pertencentes a CESP, ao valor de R\$ 302.694, que deduzido do custo do investimento de R\$ 195.572, resultou em um ganho líquido de R\$ 107.122, registrado no resultado não operacional (Nota 8).

c. Permuta de Debêntures por Ações da CPFL

A 7ª emissão de debêntures da CESP permitia a permuta por 1.317.453.984 ações preferenciais de emissão da CPFL.

Ao longo do exercício de 1999, parte dessas debêntures foram utilizadas em pagamentos a fornecedores de serviços e equipamentos relativos à construção da Usina Engenheiro Sérgio Motta.

O saldo remanescente em carteira na CESP foi leiloadado em outubro e novembro de 1999. Exercida integralmente a permutabilidade, o ganho líquido com a operação foi de R\$ 99.844, registrado no resultado não operacional.

12.ATIVO IMOBILIZADO

	1999 - Após a Cisão			1998	Taxas Anuais Médias de Depreciação (%)	
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido	Antes da Cisão	Após a Cisão
	Corrigido	Acumulada				
Em Serviço						
Geração.....	14.135.080	(2.276.977)	11.858.103	9.194.914	2,24	2,22
Administração...	192.578	(66.082)	126.496	1.449.979	7,53	5,69
	<u>14.327.658</u>	<u>(2.343.059)</u>	<u>11.984.599</u>	<u>10.644.893</u>		
Em Curso						
Geração.....	4.928.259	-	4.928.259	12.084.013		
Administração...	5.641	-	5.641	940.058		
	<u>4.933.900</u>	<u>-</u>	<u>4.933.900</u>	<u>13.024.071</u>		
	<u>19.261.558</u>	<u>(2.343.059)</u>	<u>16.918.499</u>	<u>23.668.964</u>		

A redução verificada no imobilizado total decorre de parcelas transferidas para as incorporadoras.

Conforme Resolução nº 044, de 17 de março de 1999, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, as taxas anuais de depreciação adotadas no serviço público de energia elétrica foram alteradas, a partir de 01 de janeiro de 1999. As novas taxas de depreciação passaram a ser, basicamente, de 2,0% a 8,3% para os bens vinculados à geração, transmissão e distribuição; 10,0% para móveis e utensílios e 20,0% para veículos.

O impacto adicional de depreciação, se mantidas as taxas anteriormente adotadas, seria de aproximadamente R\$ 97 milhões no resultado do exercício de 1999.

Adicionalmente apresentamos o imobilizado segregado por tipo de bens, com os comentários contidos nas Notas 12.1 e 12.2:

	1999 - Após a Cisão			1998	
	Remuneração e Encargos Financeiros				
	Custo Corrigido	Durante a Construção	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Em Serviço					
Intangíveis	126	7	(67)	66	46.725
Terrenos.....	474.767	76.956	-	551.723	691.120
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	5.251.760	4.206.862	(1.279.163)	8.179.459	4.838.842
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias...	1.205.023	452.396	(597.867)	1.059.552	1.939.239
Máquinas e Equipamentos.....	1.685.809	949.679	(455.099)	2.180.389	3.083.663
Veículos.....	15.092	-	(7.880)	7.212	29.861
Móveis e Utensílios.....	9.181	-	(2.983)	6.198	15.443
	<u>8.641.758</u>	<u>5.685.900</u>	<u>(2.343.059)</u>	<u>11.984.599</u>	<u>10.644.893</u>
Em Curso.....	<u>2.965.143</u>	<u>1.968.757</u>	<u>-</u>	<u>4.933.900</u>	<u>13.024.071</u>
	<u>11.606.901</u>	<u>7.654.657</u>	<u>(2.343.059)</u>	<u>16.918.499</u>	<u>23.668.964</u>

12.1. Encargos Financeiros e Efeitos Inflacionários

De acordo com a Instrução Geral nº 36 do Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica e Instrução CVM nº 193, de 11 de julho de 1996, foram capitalizados para o Ativo Imobilizado em Curso os seguintes valores:

	GERAÇÃO	
	1999	1998
Encargos financeiros contabilizados no resultado.....	587.644	416.802
(-) Transferência para o Imobilizado em curso.....	(59.523)	(67.972)
	<u>528.121</u>	<u>348.830</u>
Efeitos inflacionários contabilizados no resultado.....	2.132.760	521.752
(-) Transferência para o Imobilizado em curso.....	(152.293)	(108.848)
	<u>1.980.467</u>	<u>412.904</u>

12.2. Obras em Andamento

A CESP mantém em construção na bacia do rio Paraná a Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera) com as seguintes características:

Potência Total - MW.....	1.814
Número de Unidades Geradoras.....	18
Início das Obras.....	1980
Primeira Unidade em Operação.....	1999
Unidades em Operação - em 31 de dezembro de 1999.....	3
Saldo Transferido para "Imobilizado em Serviço" até 31 de Dezembro de 1999 - R\$ mil.....	7.368.977

O modelo adotado pela Companhia para a conclusão da usina Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera), projetada para operar com 18 unidades geradoras, prevê duas etapas. Na primeira etapa, serão finalizadas 11 unidades geradoras, totalizando 1.108,8 MW. Destas unidades, 3 foram inauguradas em 1999 e 1 em janeiro de 2000. Outras 7 restantes serão concluídas até o final de 2001. Na segunda etapa, serão finalizadas as últimas 7 unidades geradoras, que agregarão 705,6 MW à reserva de potência.

Parte significativa dos recursos necessários para a conclusão da primeira etapa têm sido obtidos através da emissão de Debêntures e Certificados a Termo de Energia Elétrica - CTEE's.

12.3. Desapropriações

Determinadas propriedades necessárias à implementação dos projetos da Companhia, especificamente aquelas necessárias para a construção de reservatórios ou outros empreendimentos necessários às suas atividades foram desapropriadas de acordo com legislação específica e estão sujeitas a negociações com seus proprietários. Nos casos em que há dificuldade de se chegar a estimativas precisas de valor, seja pelo tempo necessário à obtenção das sentenças judiciais ou pela imprevisibilidade dos resultados das negociações, a Companhia registra o custo das desapropriações como parte do ativo imobilizado somente ao final do seu processo. Nos casos onde tal previsão é possível, a Companhia provisiona o custo das desapropriações em contrapartida ao ativo imobilizado.

Em 31 de dezembro de 1999, a Companhia mantém registrada provisão no valor de R\$ 134.834 (R\$ 182.397 em 1998) para fazer face aos custos relacionados às referidas desapropriações.

12.4. Lei das Concessões

Nos termos da legislação de concessões, regulamentadas pelas Leis 8.987/95 e 9.074/95, a CESP solicitou à ANEEL a prorrogação dos prazos para exploração dos serviços de geração de energia elétrica. As prorrogações requeridas deverão ainda ser formalizadas por ato do Ministro de Minas e Energia, que permitirá a assinatura dos respectivos contratos de concessões, por mais trinta anos, nos termos do Decreto 1.717/95, por ocasião da passagem do controle acionário para a iniciativa privada.

A situação do parque gerador da CESP é a seguinte:

Parque Gerador				
Bacia	Usina Hidrelétrica	Potência Instalada MW	Energia Assegurada (1) MW Médio	Entrada em Operação (2)
Paraná	Ilha Solteira (3)	3.444	1.962	18.07.73
	Jupia	1.551	1.007	14.04.69
	Três Irmãos (4)	808	-	28.11.93
	Engenheiro Sérgio Motta (5)	302	287	23.01.99
Paraíba	Jaguari	28	9	05.05.72
	Paraibuna	85	43	20.04.78
		<u>6.218</u>	<u>3.308</u>	

- (1) É a energia disponível nas usinas de um sistema interligado, considerando-se o risco pré-fixado de 5% para seu atendimento.
- (2) Primeiro Grupo Gerador.
- (3) A energia assegurada de Três Irmãos está incluída na de Ilha Solteira.
- (4) Localiza-se no rio Tietê, mas em termos operativos integra o complexo de Urubupungá na bacia do rio Paraná.
- (5) Após concluída, a Usina Engenheiro Sérgio Motta terá uma potência final de 1.814 MW, ficando a CESP com um parque gerador com capacidade total de 7.730 MW.

12.5. Dos Bens Vinculados à Concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação. Determina ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, sendo aplicado na concessão.

13. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

13.1. Composição

	<u>1999</u>	<u>1998</u>
CIRCULANTE		
Corrente		
COFINS.....	2.954	-
PIS.....	2.588	-
ICMS.....	1.227	1.260
Imposto de Renda sobre Remessa ao Exterior.....	10.717	16.718
Encargos Sociais s/ Folha de Pagamento - Empresa.....	2.766	10.332
Impostos e Contribuições Sociais - Autônomos.....	1.504	708
	<u>21.756</u>	<u>29.018</u>
Parcelamentos		
Imposto de Renda s/ o Lucro Inflacionário (a).....	-	62.921
Contribuição Social (b).....	19.153	15.589
FINSOCIAL (c).....	15.502	25.922
	<u>34.655</u>	<u>104.432</u>
LONGO PRAZO	<u>56.411</u>	<u>133.450</u>
Parcelamentos		
Imposto de Renda s/ o Lucro Inflacionário (a).....	-	314.604
Contribuição Social (b).....	108.547	103.925
FINSOCIAL (c).....	-	12.961
	<u>108.547</u>	<u>431.490</u>
Imposto de Renda - Diferido (à alíquota de 6%).....	16.595	19.233
	<u>125.142</u>	<u>450.723</u>
	<u>181.553</u>	<u>584.173</u>

Os saldos de COFINS, PIS e ICMS referem-se ao mês de dezembro de 1999.

Parcelamentos:

- a) Parcelas transferidas para a Companhia de Geração de Energia Elétrica Paranapanema.
- b) Contribuição social: 80 parcelas mensais, atualizadas pela SELIC.
- c) FINSOCIAL: 06 parcelas, atualizadas pela SELIC.

13.2. Créditos de Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia dispõe de saldo de prejuízos fiscais, no montante de R\$ 987.403 e base negativa de contribuição social, no montante de R\$ 1.417.164 disponíveis para compensação. Conforme deliberação CVM nº 273, a Companhia não registrou o crédito tributário sobre diferenças intertemporais e prejuízos fiscais acumulados.

14. TAXAS REGULAMENTARES

	1999	1998
CIRCULANTE		
Quota de Reserva Global de Reversão - RGR.....	12.308	51.030
Quota de Reserva Global de Reversão - RGR (parcelamento)....	16.279	-
Quota de Consumo de Combustível - CCC.....	959	263
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos.....	5.501	10.672
Taxa de Fiscalização - ANEEL.....	428	846
	<u>35.475</u>	<u>62.811</u>
LONGO PRAZO		
Quota de Reserva Global de Reversão - RGR (parcelamento)....	32.560	-
	<u>68.035</u>	<u>62.811</u>

Através do Despacho da ANEEL nº 43, de 1º de fevereiro de 2000, foi fixado o parcelamento da RGR referente 1997 e 1998, em 36 meses.

A Companhia reconheceu no resultado do exercício R\$ 10.166, sujeito à revisão da ANEEL, referentes à diferença de RGR em relação à quota fixada e recolhida em 1999.

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

15.1. Composição

	1999			1998		
	Encargos	Principal		Encargos	Principal	
		Circulante	Longo Prazo		Circulante	Longo Prazo
Moeda Estrangeira						
Instituições Financeiras (1).....	119.342	297.080	2.541.349	74.138	358.484	1.879.622
Medium Term Notes (2).....	817	-	536.700	643	-	362.610
Banco do Brasil S.A (3).....	242	127.254	1.145.293	-	85.977	859.770
ELETROBRÁS.....	258	3.573	20.193	203	2.366	16.564
CPFL (4).....	34	9.159	174.016	248	12.376	129.946
Bônus Emitidos no Mercado Alemão (5).....	60.736	-	993.140	47.540	-	783.606
Outras Instituições	832	4.488	30.265	758	6.288	26.191
	<u>182.261</u>	<u>441.554</u>	<u>5.440.956</u>	<u>123.530</u>	<u>465.491</u>	<u>4.058.309</u>
Moeda Nacional						
Instituições Financeiras (6).....	2.000	20.929	277.312	2.006	18.724	266.818
ELETROBRÁS.....	-	182	3.496	4	75	946
Fundação CESP (7).....	-	32.452	143.972	-	123.554	182.823
Debêntures	-	86.909	-	-	137.961	143.065
Certificados a Termo de Energia Elétrica (8).....	-	105.313	368.594	-	-	129.217
Confissão de Dívidas com Fornecedores	-	35.849	-	-	101.456	17.100
	<u>2.000</u>	<u>281.634</u>	<u>793.374</u>	<u>2.010</u>	<u>381.770</u>	<u>739.969</u>
	<u>184.261</u>	<u>723.188</u>	<u>6.234.330</u>	<u>125.540</u>	<u>847.261</u>	<u>4.798.278</u>

(1) Do montante de principal, R\$ 193.687 referem-se a empréstimos em dólares norte-americanos, com taxas de juros que variam de 6,75% a 12,60% a.a.; R\$ 490.695 referem-se a empréstimos indexados a outras moedas e com taxas de juros que variam de 2,9375% a 8,49% a.a..

O restante, no valor de R\$ 2.154.047, integra a reestruturação da dívida externa brasileira, concluída em 15 de abril de 1994, no contexto do Plano Brady, e é composto como segue:

Tipo	Anos		Amortização	Taxa de Juros % a.a.	Saldo em 31.12.99
	Vencido.	Carência			
Bônus de Conversão da Dívida.....	18	10	17 parcelas semestrais	LIBOR semestral + 7/8	471.265
Bônus de Dinheiro Novo.....	15	7	17 parcelas semestrais	LIBOR semestral + 7/8	124.287
Bônus de Redução Temporária de Juros - FLIRB.....	15	9	13 parcelas semestrais	5º e 6º anos - 5,00 7º ano - LIBOR semestral + 13/16	96.012
Bônus de Capitalização.....	20	10	21 parcelas semestrais	5º e 6º anos - 5,00 7º ano - 8,00	411.153
Bônus de Desconto (a).....	30	-	Única ao final de 30 anos	LIBOR semestral + 13/16	322.887
Bônus ao Par (a).....	30	-	Única ao final de 30 anos	5º ano - 5,50 6º ano - 5,75 do 7º ano ao 30º ano - 6,00	463.158
Bônus de Juros - EI.....	12	3	19 parcelas semestrais	LIBOR semestral + 13/16	265.285
					2.154.047

a) Demonstrada pelo líquido, deduzida a garantia exigida no montante de US\$ 113,274.

- (2) Em junho de 1997 a CESP concluiu a emissão, no mercado internacional, de uma "tranche" no valor equivalente a US\$ 300 milhões, de um total de US\$ 500 milhões, de notas de médio prazo, com juros fixos de 9,125% a.a. nos 5 primeiros anos e 9,625% a.a. nos 5 anos seguintes.

Essas notas possuem algumas cláusulas restritivas, limitando a possibilidade de dar em garantia seus ativos, em parte ou no todo, para saldar dívidas com terceiros; impossibilitando firmar contratos de arrendamento na forma de "Sale and Leaseback" e obrigando o cumprimento de determinados índices econômico-financeiros. No caso de descumprimento de tais índices por três trimestres consecutivos, a Companhia deverá resgatar as notas, em um prazo de 30 dias. O vencimento final desses títulos se dará em julho de 2007. Ressalte-se que, mesmo após a cisão, os índices vêm sendo cumpridos.

- (3) Refere-se a "Contrato de Refinanciamento de Dívida", assinado pela Companhia em 25 de março de 1994, junto ao Banco do Brasil S.A., no qual US\$ 1,067 milhões foram refinanciados por um período de 16 anos, tendo ocorrido o primeiro pagamento em 30 de junho de 1995, com juros baseados na LIBOR + 0,8125% a.a..
- (4) Refere-se a transferência de saldo da Conta de Resultados a Compensar - CRC da CPFL à CESP, atualizado de acordo com a variação do dólar norte-americano, sendo pago em parcelas semestrais até 2010 e juros calculados com base em 50% da taxa LIBOR + 0,40625% a.a..
- (5) Refere-se a bônus emitidos no mercado alemão, no valor nominal de DM 1.075.000.000. Sobre esses títulos incidem juros de 9,25% a.a., devidos anualmente, sendo resgatáveis em maio de 2001 e garantidos pela União.
- (6) Referem-se, principalmente, a empréstimos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, que serão amortizados até março de 2014, indexados pela TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo e pelo IGP-M - Índice Geral de Preços de Mercado, acrescidos de juros calculados à taxa de 8,40% a.a..

(7) Refere-se aos seguintes contratos:

Início	Amortização	Taxa de Juros % a.a. (*)	Saldo em 31.12.99
26.09.94	60 parcelas mensais	custo atuarial ou TR + 8%	1.839
30.12.97	96 parcelas mensais	custo atuarial ou TR + 8%	174.585
(*) Utilizado o maior dos índices.			176.424

Parte destes contratos foram transferidos às incorporadoras.

(8) Os Certificados a Termo de Energia Elétrica CTEE's da 5ª emissão, são títulos que têm por objetivo único e exclusivo a obtenção de recursos com vistas ao custeio de obras civis e fornecimento de equipamentos para a usina Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera).

Foram distribuídos 2.415.312 CTEE's, pelo valor unitário de R\$ 130,01 em 36 séries, sendo o prazo de carência de 24 meses. Para atualização será considerado o maior índice entre a variação da tarifa B3 de energia elétrica da ELEKTRO ou a taxa ANBID mais 2% a.a.. O registro dos CTEE's na CVM ocorreu em 17 de dezembro de 1998.

Os CTEE's oferecem aos seus portadores a opção de resgate (início 1º de junho de 2000 e término 1º de maio de 2003) através de dação desses títulos, em pagamento da parcela de consumo expressa nas contas de energia elétrica emitidas pela ELEKTRO, no montante de um megawatt-hora por certificado.

15.2. O principal, devido em moeda estrangeira, apresenta a seguinte composição:

Moeda	1999			1998		
	R\$ mil	US\$ mil (Equivalente)	%	R\$ mil	US\$ mil (Equivalente)	%
US\$.....	4.374.846	2.445.414	74,37	3.240.432	2.680.923	71,63
DM.....	1.075.118	600.960	18,28	865.483	716.045	19,13
FF.....	378.138	211.368	6,43	363.251	300.530	8,03
Sw Fr.....	54.408	30.413	0,92	54.634	45.201	1,21
	5.882.510	3.288.155	100,00	4.523.800	3.742.699	100,00

15.3. O saldo do principal de empréstimos e financiamentos a longo prazo, em 31 de dezembro de 1999, tem seus vencimentos assim programados:

	Moeda Estrangeira		Moeda Nacional	Total
	US\$ mil (Equivalente)	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
2001.....	761.736	1.362.746	202.936	1.565.682
2002.....	176.590	315.920	202.936	518.856
2003.....	156.749	280.424	113.966	394.390
2004.....	201.818	361.052	50.415	411.467
2005.....	193.797	346.703	47.975	394.678
Após 2005.....	1.550.649	2.774.111	175.146	2.949.257
	3.041.339	5.440.956	793.374	6.234.330

15.4. As principais moedas e indexadores de empréstimos e financiamentos apresentaram as seguintes variações:

	(%)	
	1999	1998
US\$.....	48,01	8,27
Sw Fr.....	28,36	14,25
DM.....	26,74	16,96
FF.....	28,04	15,49
TR.....	5,73	7,79
IGP - M.....	20,10	1,78

16. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia responde por certos processos jurídicos, perante diferentes tribunais, de natureza trabalhista, tributária e cível. A administração baseada na opinião de seus assessores legais, constituiu provisão para aquelas causas cujo desfecho desfavorável é considerado provável.

A composição dos saldos das provisões é como segue:

	1999			1998		
	Valor da Provisão		Depósitos	Valor da Provisão		Depósitos
	No exercício	Acumulada	Judiciais	No exercício	Acumulada	Judiciais
Trabalhistas						
Ações diversas	(6.982)	5.226	-	(4.588)	12.208	-
Ação de periculosidade	(21.895)	8.010	-	29.905	29.905	-
	(28.877)	13.236	-	25.317	42.113	-
Cíveis						
Consumidores (Portaria 38 e 45/86).....	-	7.448	-	-	7.448	-
Ações diversas	(524)	6.608	13.862	-	7.132	11.752
	(524)	14.056	13.862	-	14.580	11.752
TOTAL	(29.401)	27.292	13.862	25.317	56.693	11.752

17. PROVISÃO PARA ENCARGOS FISCAIS E TRIBUTÁRIOS

	1999			1998		
	Valor da Provisão		Depósitos	Valor da Provisão		Depósitos
	No exercício	Acumulada	Judiciais	No exercício	Acumulada	Judiciais
COFINS (1).....	(938.683)	16.639	174.656	226.142	955.322	246.341
PIS/PASEP (2).....	104.392	372.369	374.327	68.044	267.977	305.874
IRPJ.....	1.672	9.071	-	7.399	7.399	-
Contribuição Social.....	765	4.147	-	3.382	3.382	-
	<u>(831.854)</u>	<u>402.226</u>	<u>548.983</u>	<u>304.967</u>	<u>1.234.080</u>	<u>552.215</u>

(1) Conforme mencionado na Nota 9.1, a Companhia efetuou acordo com a Procuradoria da Fazenda Nacional, com base nas condições previstas na Medida Provisória nº 1.858-8/99, tendo sido expedido o alvará para levantamento dos recursos bloqueados, com conversão em renda para União do valor de R\$ 683.928 para quitação final de COFINS devida no período de março de 1994 a março de 1998 e de parcelamentos suspensos dos anos de 1992 à 1994 (tendo contraposto este valor com o Ativo Circulante - Cauções e Depósitos Vinculados), acrescidos dos encargos moratórios aplicáveis. Os valores de encargos moratórios de anos anteriores (reduzidos pelas condições da Medida Provisória) foram revertidos no resultado não operacional. O saldo bloqueado remanescente atualizado está em processo de liberação para a CESP.

Em 30 de julho de 1999 a Companhia efetuou recolhimento no valor de R\$ 128.932, referente à COFINS devida no período de abril de 1998 a junho de 1999, com redução de encargos, conforme disposto na Lei 9.799/99 e Medida Provisória nº 1.858-6/99.

A CESP passou a recolher a COFINS sobre o faturamento devida a partir do mês de julho de 1999, à alíquota vigente de 3%, porém continua questionando a constitucionalidade da inclusão na base de cálculo das receitas financeiras e receitas não operacionais, tendo obtido liminar da 16ª Vara Federal de São Paulo, com sentença favorável ao recolhimento conforme definido pela Lei Complementar 70/91, ou seja, somente sobre o faturamento. A Companhia vem provisionando estes valores (não recolhidos) acrescidos dos encargos moratórios aplicáveis.

(2) A CESP questionava judicialmente o seu enquadramento como contribuinte do PASEP até setembro de 1988 e a constitucionalidade das contribuições ao PIS/PASEP a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988. Em 1994 a Companhia foi autuada pelas contribuições não pagas no período compreendido entre janeiro de 1989 a agosto de 1994. Em 1997 a CESP teve parte de suas aplicações financeiras penhoradas e bloqueadas para a liquidação de execução fiscal relacionada à autuação mencionada. Este valor encontra-se classificado no ativo circulante como "Cauções e depósitos vinculados" (Nota 9). Com base na Medida Provisória nº 1.858-8/99, foram apresentados cálculos com o objetivo de converter, em renda para União de parte dos recursos bloqueados para quitação final das contribuições não recolhidas, acrescidas dos encargos moratórios aplicáveis conforme previsto na Medida Provisória. Está sendo aguardada a decisão final do Tribunal Regional Federal de São Paulo sobre a matéria.

A partir do mês de julho de 1999, a Companhia passou a recolher normalmente as contribuições ao PIS, à alíquota vigente de 0,65% sobre suas receitas.

18. VALORES A PAGAR

Credor	Objeto	1999			1998
		Circulante	Longo Prazo	Total	Total
ELETROBRÁS	Energia de ITAIPU, Própria e				
	Transporte de Potência.....	8.316	110.480	118.796	1.751.520
	Reserva Global de Reversão - RGR.....	-	-	-	137.365
	Serviço da Dívida/Dividendos.....	-	-	-	21.767
		<u>8.316</u>	<u>110.480</u>	<u>118.796</u>	<u>1.910.652</u>
FUNDAÇÃO CESP	Benefício Suplementar				
	Proporcional Saldado - BPS				
	Quadro CESP.....	69.668	306.372	376.040	530.430
	Quadro Fundação CESP.....	607	1.822	2.429	2.467
Contrato Financeiro	8.490	22.639	31.129	-	
		<u>78.765</u>	<u>330.833</u>	<u>409.598</u>	<u>532.897</u>
		<u>87.081</u>	<u>441.313</u>	<u>528.394</u>	<u>2.443.549</u>

18.1. ELETROBRÁS

Refere-se a contrato de refinanciamento do saldo de aquisição de energia, pagável em 168 parcelas mensais desde 15 de junho de 1999, sendo atualizado pela variação do IGP-M, acrescido de juros de 10% a.a., vencíveis mensalmente.

Face à cisão parcial da CESP foram vertidas partes destas obrigações à Companhia de Geração de Energia Elétrica Tietê e Companhia de Geração de Energia Elétrica Paranapanema. (Nota 1).

18.2. FUNDAÇÃO CESP

Refere-se a contrato para a cobertura de déficit técnico atuarial existente junto à Fundação CESP até 31 de outubro de 1997, de parcelamento relativo ao "benefício suplementar proporcional saldado" - BPS. Este saldo vem sendo amortizado em 240 parcelas mensais, desde 30 de dezembro de 1997, e é atualizado pela variação do IGP-DI, acrescido de juros de 6% a.a., ou pela variação do custo atuarial, dos dois índices aplica-se o maior. A Companhia efetuou os ajustes relativos à variação do custo atuarial à data do balanço. Decorrente da cisão parcial foram vertidas partes destas obrigações às empresas incorporadoras, proporcionalmente ao quadro de empregados a elas alocados. (Nota 1).

Inclui também o saldo do contrato financeiro referente a pagamento de benefícios definidos pela Lei nº 4.819/58, o qual vem sendo amortizado em 48 parcelas mensais a partir de 1º de julho de 1999, corrigidas pela variação do IGP-M, acrescido de juros de 6% a.a. (Nota 10).

19. OUTROS - PASSIVO CIRCULANTE

	1999	1998
Desapropriações - (Nota 12.3).....	134.834	182.397
Convênio Ministério dos Transportes - Hidrovia Tietê-Paraná	38.540	38.540
Pré-venda de Energia Elétrica	29.780	33.000
Fundação CESP.....	15.147	15.214
Transferência de CRC (1).....	12.161	4.701
Concessionárias de Energia Elétrica.....	2.448	306
Outros.....	12.695	19.516
	<u>245.605</u>	<u>293.674</u>

(1) Refere-se a transferência de saldos da Conta de Resultados a Compensar - CRC de outras concessionárias à CESP, atualizadas pela variação do IGP-M.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

20.1. Capital Social

O capital social representa o capital estatutário integralizado, no valor de R\$ 2.655.433, dividido em 48.541.652 mil ações ordinárias e 45.156.610 mil ações preferenciais. O capital social autorizado da CESP é representado por 101.653.775 mil ações, sendo 52.663.113 mil ordinárias e 48.990.662 mil preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

As ações preferenciais não possuem direito a voto; no entanto, têm a prioridade no reembolso do capital e o direito a dividendos de 10% a.a., não cumulativos.

As ações preferenciais são conversíveis em ações ordinárias e vice-versa, desde que integralizadas, durante períodos específicos, determinados pela Administração. Cada acionista pode solicitar a conversão de até 3% do capital social; entretanto, o total das conversões não pode exceder 5% do capital social.

Em 31 de dezembro de 1999 os principais acionistas da CESP são:

	Quantidades de Ações - Em milhares					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Governo do Estado de São Paulo						
e Companhias Ligadas:						
Secretaria de Estado dos						
Negócios da Fazenda.....	29.377.531	60,52	6.321.277	14,00	35.698.808	38,10
Nossa Caixa/Nosso Banco S/A.....	5.136.117	10,58	7.686.364	17,02	12.822.481	13,69
Companhia do Metropolitano de						
São Paulo - METRÔ.....	1.323.627	2,73	-	-	1.323.627	1,41
Outros.....	82.933	0,17	-	-	82.933	0,09
	<u>35.920.208</u>	<u>74,00</u>	<u>14.007.641</u>	<u>31,02</u>	<u>49.927.849</u>	<u>53,29</u>
Outros						
Banco do Estado de São Paulo S/A -						
BANESPA.....	6.123.203	12,61	12.154.392	26,92	18.277.595	19,51
Centrais Elétricas Brasileiras S/A -						
ELETOBRÁS.....	37.633	0,08	7.526.922	16,67	7.564.555	8,07
Cypress Corporation.....	691.424	1,42	6.400	0,01	697.824	0,74
Caixa de Previdência dos						
Funcionários do Banco do Brasil.....	296.439	0,61	260.960	0,58	557.399	0,59
The Bank of New York -						
ADR Department.....	-	-	513.956	1,14	513.956	0,55
Postalis - Instituto de Seguridade						
Social dos Correios e Telégrafos.....	245.200	0,51	231.780	0,51	476.980	0,51
Outros.....	5.227.545	10,77	10.454.559	23,15	15.682.104	16,74
	<u>48.541.652</u>	<u>100,00</u>	<u>45.156.610</u>	<u>100,00</u>	<u>93.698.262</u>	<u>100,00</u>

20.2. Reservas

	1999	1998
Reservas de Capital		
Ágio na Subscrição de Ações.....	10.373	12.178
Remuneração de Bens e Direitos Constituídos com Capital Próprio.....	34.297	41.684
Remuneração das Imobilizações em Curso - Capital Próprio (a).....	4.937.750	6.001.154
Doações e Subvenções para Investimentos.....	29.106	42.538
Subvenções para Investimentos - CRC.....	429.396	3.024.887
Incentivos Fiscais - FINAM/FINOR.....	98.366	73.455
	<u>5.539.288</u>	<u>9.195.896</u>
Reserva de Reavaliação em Controlada (b).....	<u>-</u>	<u>54.705</u>
Reservas de Lucros		
Reserva Legal.....	198.919	231.814
Reservas Estatutárias (c).....	231.912	265.748
Reserva de Lucros a Realizar (d).....	1.093.869	1.706.065
Reserva Especial de Dividendos - Ações Ordinárias (1).....	137.568	-
(1)	<u>1.662.268</u>	<u>2.203.627</u>

(1) Item incluído e saldo alterado

a. Remuneração das Imobilizações em Curso

São créditos resultantes da capitalização da remuneração, calculada até 31 de dezembro de 1998, sobre recursos próprios utilizados durante a construção, aplicada às obras em andamento e que somente pode ser utilizada para aumento de capital.

b. Reserva de Reavaliação em Controlada

Resultante da reavaliação registrada na COMGÁS, baseada em mais-valia dos seus ativos. Quando da realização dos correspondentes ativos reavaliados, através de depreciação e baixas, o montante realizado foi transferido para lucros acumulados, líquido do efeito do imposto de renda correspondente, se aplicável. Com a alienação da COMGÁS, foi realizada integralmente.

c. Reservas Estatutárias

Constituída de 20% do lucro líquido do exercício, deduzido da reserva legal e dos juros sobre o capital próprio.

d. Reserva de Lucros a Realizar

Os lucros não realizados resultam de: (i) saldo credor de correção monetária (até 1995); e (ii) resultados positivos em participações societárias. Esta reserva é realizada na proporção da depreciação do ativo imobilizado. Os montantes realizados são transferidos para a conta de lucros acumulados.

20.3. Destinação do Resultado (Nova Redação)

	1999	1998
Lucro Líquido do Exercício.....	29.199	861.372
Apropriação:		
Realização de Reserva de Reavaliação em Controlada.....	53.068	9.830
Realização de Reserva de Lucros a Realizar	73.498	106.042
Realização de Reserva de Lucros - Conta de Cisão.....	242.821	-
	<u>398.586</u>	<u>977.244</u>
Constituição:		
Reserva Legal.....	(1.460)	(43.068)
Reservas Estatutárias.....	(5.548)	(101.312)
Juros sobre o Capital Próprio.....	-	(311.743)
	<u>(7.008)</u>	<u>(456.123)</u>
	<u>391.578</u>	<u>521.121</u>
Dividendos:		
Reserva Especial de Dividendos para as Ações Ordinárias (1)..	(137.568)	-
Dividendos para as Ações Preferenciais (1).....	(127.975)	-
	<u>(265.543)</u>	<u>-</u>
Lucros Acumulados (1).....	<u>126.035</u>	<u>521.121</u>

(1) Itens incluídos e saldo alterado.

Na Assembléia Geral Ordinária instalada em 25 de abril de 2000 e concluída em 05 de maio de 2000, foram aprovados a constituição de Reserva Especial correspondente à parcela de lucros não distribuída sob a forma de dividendos às ações ordinárias, em conformidade com os parágrafos 4º e 5º do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e o pagamento de dividendos para as ações preferenciais. Ainda, com base no disposto no artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e Instrução CVM nº 59/86, foi aprovada a manutenção do saldo remanescente de lucros na conta de lucros acumulados, em consonância com a necessidade de recursos prevista no Orçamento da Companhia para o exercício de 2000, aprovado na mesma AGO.

A constituição da Reserva Especial de dividendos e a retenção do saldo remanescente de lucros na conta de lucros acumulados se faz necessária devido aos pesados investimentos (de caráter compulsório para honrar contratos de venda de energia e compromissos assumidos junto à ANEEL) a serem realizados pela Companhia na conclusão da Usina Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera) e ao fluxo de amortizações de dívidas vincendas em 2000 e 2001. A volatilidade dos mercados de capitais e outras incertezas do quadro macroeconômico embasam tal decisão, haja vista a melhoria que provoca na estrutura de capitais da empresa.

21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia participa de uma série de transações com partes relacionadas; a seguir destacamos as principais:

ELETROBRÁS - Contratos de empréstimos e financiamentos, principalmente de parcelamento de energia ITAIPU/FURNAS e outros, notas explicativas 15.1 e 18.1;

Governo do Estado de São Paulo:

- **Ativo Circulante** - Outros - Refere-se a parcelas de curto prazo - Contrato Financeiro - de repasse à Fundação CESP.
- **Realizável a Longo Prazo** - Valores a receber - Refere-se a pagamentos pela dissolução do Consórcio Paulipetro, nota explicativa 10, e Contrato Financeiro de repasse à Fundação CESP.

Além das transações relacionadas com o Governo do Estado de São Paulo, acionista majoritário, mencionadas anteriormente, existem os seguintes valores registrados no Ativo Permanente, que decorrem de convênios e/ou ações que a Companhia celebrou com diversos órgãos do Governo Estadual:

	<u>1999</u>	<u>1998</u>
Investimentos		
Imóveis Destinados à Alienação.....	-	9.949
Imobilizado em Serviço		
Aproveitamento Múltiplo de Mogi-Guaçu.....	-	116.852
Programas sociais.....	28.946	39.670
Reformas de estradas e pontes.....	3.928	6.092
	<u>32.874</u>	<u>162.614</u>
Imobilizado em Curso		
Hidrovia.....	-	330.196
Programas sociais.....	15.949	15.949
Aproveitamento Múltiplo de Mogi-Guaçu.....	-	3.013
	<u>15.949</u>	<u>349.158</u>
	<u>48.823</u>	<u>521.721</u>

22. RECEITAS DE VENDA E CUSTO DE COMPRA DE ENERGIA E USO DA REDE ELÉTRICA

Em decorrência da reestruturação societária da CESP, como preparação para sua desestatização, as atividades de distribuição, transmissão e parte da geração foram cindidas, como segue:

a) Em 6 de janeiro de 1998 o acervo líquido das atividades de distribuição foi transferido para a subsidiária integral ELEKTRO - Eletricidade e Serviços S.A.

b) Em 26 de março de 1999 o acervo líquido das atividades de transmissão foi cindido para a formação da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista.

c) Em 26 de março de 1999 o acervo líquido das Usinas do Rio Paranapanema foi cindido para a formação da Companhia de Geração de Energia Elétrica Paranapanema, e o acervo líquido das Usinas do Rio Tietê (exceto a Usina de Três Irmãos) além das Usinas de Água Vermelha e as localizadas no Rio Pardo, foi cindido para a formação da Companhia de Geração de Energia Elétrica Tietê.

Tendo em vista estes fatos, as receitas e os custos das atividades operacionais de 1999 não são comparáveis com as de 1998.

22.1. Energia Vendida

	MWh (Não auditado)		R\$ Mil	
	1999	1998	1999	1998
Fornecimento				
Residencial.....	-	1.194.834	-	191.140
Industrial.....	1.897.518	2.499.964	84.382	170.224
Comércio, Serviços e Outras Atividades...	239	424.234	38	62.016
Rural.....	-	263.643	-	22.503
Poder Público.....	-	75.703	-	10.320
Iluminação Pública.....	-	152.752	-	13.468
Serviço Público.....	1.731	311.714	1.575	21.266
Fornecimento - Total.....	1.899.488	4.922.844	85.995	490.937
Suprimento				
ITAIPU - Repasse				
Contrato.....	10.346.551	27.444.691	632.064	1.052.658
Transporte.....	-	-	60.611	161.262
Excedente.....	1.808.818	5.099.919	2.021	3.561
ITAIPU - Repasse - Total.....	12.155.369	32.544.610	694.696	1.217.481
Geração Própria/Outras				
ELETROPAULO	14.254.923	25.139.119	573.096	988.624
BANDEIRANTE	9.150.703	15.663.291	367.803	616.285
CPFL	7.775.370	13.501.410	316.160	541.183
ELEKTRO	5.707.216	4.494.708	214.466	180.912
Outras	1.983.042	4.154.652	75.555	154.328
Comercialização de Curto Prazo.....	2.474.429	7.004.942	3.941	32.395
Contrato/Comercialização - Total.....	41.345.683	69.958.122	1.551.021	2.513.727
Suprimento - Total.....	53.501.052	102.502.732	2.245.717	3.731.208
Energia Elétrica Vendida - Total.....	55.400.540	107.425.576	2.331.712	4.222.145

22.2. Energia Comprada e Uso da Rede Elétrica

	MWh (Não auditado)		R\$ Mil	
	1999	1998	1999	1998
ITAIPU - Repasse				
Contrato.....	10.346.551	27.444.691	582.676	1.015.662
Transporte.....	-	-	60.612	161.262
Excedente.....	1.808.818	4.614.563	2.021	3.333
ITAIPU - Repasse - Total.....	12.155.369	32.059.254	645.309	1.180.257
Revenda				
ITAIPU				
Contrato.....	602.959	2.617.817	70.638	102.234
Transporte.....	-	-	2.907	14.950
Excedente.....	152.905	472.041	73	197
	755.864	3.089.858	73.618	117.381
Contrato				
FURNAS.....	6.359.537	16.915.789	212.066	574.994
CTEEP	-	-	39.259	-
EPTE	-	-	1.536	-
Rede Básica.....	-	-	6.142	-
Outras.....	-	6.941	-	304
	6.359.537	16.922.730	259.003	575.298
Comercialização de Curto Prazo				
Contratos Bilaterais.....	211.880	-	11.222	-
Outras.....	472.815	497.455	71.549	5.804
	684.695	497.455	82.771	5.804
Revenda - Total.....	7.800.096	20.510.043	415.392	698.483
Energia Elétrica Comprada - Total.....	19.955.465	52.569.297	1.060.701	1.878.740

Os valores de compras e vendas de energia estão vinculados:

- a) à demanda contratada medida em MW; e
- b) à energia correspondente em MWh, apurada com base na quantidade efetivamente medida.

A energia excedente corresponde a otimização da energia de ITAIPU, sendo determinada em MWh.

A partir de junho de 1999, as distribuidoras passaram a adquirir energia diretamente de ITAIPU, não refletindo mais essa operação no resultado da CESP.

Energia de otimização refere-se ao excedente de energia produzida, além da capacidade de energia assegurada, comercializada entre Concessionários, gerada em razão da adequada programação energética do sistema interligado.

Energia de comercialização de curto prazo engloba a energia de otimização, as energias temporariamente contratadas entre Concessionários e as insuficiências apresentadas junto ao Mercado Atacadista de Energia - MAE por ocasião dos fechamentos mensais.

23. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS/VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS LÍQUIDAS

	<u>1999</u>	<u>1998</u>
Receita		
Rendimento de Aplicações Financeiras.....	160.708	141.700
Juros sobre o Capital Próprio.....	31.498	-
Descontos Obtidos.....	20.694	-
Atualização Bloqueio - COFINS/PIS/PASEP (Nota 9.1)....	129.621	-
Atualização Bloqueio - Dinheiro (Nota 9.2).....	154.784	-
Atualização Crédito de Alienações.....	44.034	-
Multas e Acréscimos Moratórios - Contas de Energia.....	12.207	6.006
Outras.....	7.331	12.360
	<u>560.877</u>	<u>160.066</u>
Despesa		
Encargos de Dívidas		
Moeda Estrangeira.....	(454.784)	(306.818)
Moeda Nacional.....	(91.202)	(65.854)
	<u>(545.986)</u>	<u>(372.672)</u>
Outras		
Encargos sobre Tributos e Contribuições.....	(185.607)	(233.499)
Contrato ELETROBRÁS (Nota 18.1).....	(51.632)	(170.012)
CPMF.....	(11.374)	(18.127)
Outras.....	(71.835)	(53.806)
	<u>(320.448)</u>	<u>(475.444)</u>
	<u>(866.434)</u>	<u>(848.116)</u>
	<u>(305.557)</u>	<u>(688.050)</u>
Variações Monetárias e Cambiais Líquidas		
Moeda Estrangeira.....	(1.884.473)	(343.639)
Moeda Nacional.....	(294.205)	(135.019)
	<u>(2.178.678)</u>	<u>(478.658)</u>

24. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	<u>1999</u>	<u>1998</u>
Alienação do Controle Acionário - ELEKTRO.....	-	1.277.895
Alienação de Ações (ON/PN) - ELEKTRO.....	204.276	-
Alienação do Controle Acionário - COMGÁS.....	1.410.410	-
Alienação/Permuta de Ações - CPFL.....	206.966	-
Reversão de Encargos Moratórios - COFINS/PIS/PASEP - (Medida Provisória nº 1.858-8/99).....	236.550	-
Outras Receitas / (Despesas).....	29.411	(32.772)
	<u>2.087.613</u>	<u>1.245.123</u>

25. PLANOS DE APOSENTADORIA E PENSÃO AOS EMPREGADOS

Através da Fundação CESP são mantidos planos de complementação e suplementação de aposentadorias e pensão aos empregados da CESP.

25.1. PLANO "B" E "B1" - SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIAS

É regido pela Lei 6.435, de 15 de julho de 1977. A entidade patrocinadora é a própria CESP. Proporciona benefícios de suplementação de aposentadorias e pensão, utilizando o regime financeiro de capitalização. O valor presente dos benefícios a serem pagos, menos o valor presente das contribuições futuras, determinam as necessidades de reservas.

A CESP, através de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano em 1997 objetivando equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits.

Em decorrência do saldamento do Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS (Plano B) existente junto à Fundação CESP (vide Nota 18), foi criado o Plano B1 de benefícios, que passou a substituir o Plano B. O novo plano entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 1998.

O custeio desse plano ocorre por contribuições paritárias entre a empresa e os empregados. As taxas de custeio são reavaliadas, periodicamente, por consultores atuariais independentes

A contribuição da patrocinadora no ano de 1999 foi de 8,59% sobre os salários reais de contribuição.

Os benefícios do Plano B anterior se mantêm idênticos para os participantes assistidos. No caso dos participantes não assistidos, as reservas correspondentes aos mesmos foram salgadas pela patrocinadora em 31 de dezembro de 1997 e os benefícios serão pagos aos participantes, também na forma de renda vitalícia, quando do início do prazo de suas aposentadorias. O saldo do Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS será corrigido até a data do início dos pagamentos dos benefícios pelo IGP-DI publicado pela Fundação Getúlio Vargas e quando do início da concessão dos benefícios de acordo com o mesmo índice, nas mesmas datas em que forem reajustados os benefícios da Previdência Social.

A seguir, as principais informações financeiras do plano da CESP, em 31 de dezembro de 1999 e 1998, fornecidas pela Fundação, demonstrando a posição das reservas com base no parecer dos atuários:

	Plano - B1					
	Plano - B		Benefício Definido		Contribuição Definida	
	1999	1998	1999	1998	1999	1998
Valor Corrente do Ativo Líquido.....	<u>1.441.108</u>	<u>1.494.017</u>	<u>29.683</u>	<u>31.298</u>	<u>783</u>	<u>1.685</u>
Reservas Matemáticas						
(Valor Atuarial dos Benefícios)						
Benefícios Concedidos.....	1.109.957	897.353	14.095	5.258	13	-
Benefícios a Conceder.....	<u>260.485</u>	<u>618.692</u>	<u>14.903</u>	<u>17.601</u>	<u>770</u>	<u>1.685</u>
	1.370.442	1.516.045	28.998	22.859	783	1.685
Superávit (Déficit) Técnico Atuarial.....	70.666	(22.028)	685	8.439	-	-
Fundos						
Fundo Cobertura de Oscilação de Risco.....	-	-	-	-	27	81
Patrimônio.....	<u>1.441.108</u>	<u>1.494.017</u>	<u>29.683</u>	<u>31.298</u>	<u>810</u>	<u>1.766</u>

	1999	1998
Custo Anual dos Planos		
Alocado às Operações.....	9.057	16.122
Alocado ao Imobilizado em Curso.....	2.632	5.524
	<u>11.689</u>	<u>21.646</u>

Adicionalmente aos benefícios do plano, a CESP oferece a seus empregados outros benefícios como assistência médica e odontológica, os quais também são administrados pela Fundação CESP.

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Aplicações no Mercado Aberto - Consistem, principalmente, de aplicações em certificados de depósitos bancários, que estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

27. BUG DO MILÊNIO

Tomadas todas as medidas que implicaram num extenso trabalho de verificação, testes e adequação de programas, computadores e equipamentos voltados para o sistema de geração de energia elétrica, além de sistemas de telecomunicações, de supervisão e controle, centros de operação e remotas, instalados em usinas e subestações. A passagem para o ano 2000 transcorreu sem nenhum problema nos sistemas informatizados.

28. NOTIFICAÇÃO INSS

Em 07 de abril de 1999, a Companhia foi notificada pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, por contribuições não recolhidas no período de outubro de 1992 a dezembro de 1997, relacionadas a indenizações pagas a seus empregados, a partir de acordos sindicais decorrentes de Planos Econômicos passados. O valor da notificação monta a R\$ 213.090, já incluídos multas e encargos financeiros, sendo que, aproximadamente R\$ 35.714 são atribuíveis às Companhias incorporadoras.

A Companhia não constituiu provisão para perdas, por entender não ser devida a cobrança de INSS, tendo interposto recurso junto ao Conselho de Recursos da Previdência Social - CRPS pela nulidade da notificação. Até o momento o Conselho de Recursos da Previdência Social não se manifestou sobre a matéria.

29. EVENTOS SUBSEQÜENTES

29.1. Taxas Regulamentares

A Resolução ANEEL nº 372, de 29 de dezembro de 1999, fixou a Taxa Anual de Fiscalização, em R\$ 6.676.

Nesta mesma data, a ANEEL fixou em R\$ 8.921 a Quota Anual para a Conta de Consumo de Combustível - CCC através da Resolução nº 374.

Através do Despacho ANEEL nº 23, de 12 de janeiro de 2000, foram fixadas as Quotas Anuais de RGR e Juros sobre o Fundo de Reversão, em R\$ 34.890 e R\$ 456, respectivamente.

GUILHERME AUGUSTO CIRNE DE TOLEDO
PRESIDENTE

JULIO CESAR LAMOUNIER LAPA
DIRETOR FINANCEIRO E DE
RELAÇÕES COM INVESTIDORES

VICENTE KAZUHIRO OKAZAKI
DIRETOR ADMINISTRATIVO

IRAMIR BARBA PACHECO
DIRETOR DE PLANEJAMENTO,
ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO

SILVIO ROBERTO ARECO GOMES
DIRETOR DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

DANIEL ANTÔNIO SALATI MARCONDES
DIRETOR DE MEIO AMBIENTE

IVO ANTONIO FUCHS
GERENTE DA DIVISÃO DE CONTABILIDADE
CONTADOR GERAL
CRC-1PR028765/T-0-SP

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

PRESIDENTE

MAURO GUILHERME JARDIM ARCE

VICE-PRESIDENTE

RUY MARTINS ALTENFELDER SILVA

CONSELHEIROS

CARLOS ALBERTO DE CARVALHO AFONSO

CARLOS PEDRO JENS

DALMO DO VALLE NOGUEIRA FILHO

FERNANDO CARVALHO BRAGA

GUSTAVO DE SÁ E SILVA

LÍVIO ANTONIO GIOSA

LÚCIA MARIA DAL MEDICO

LUIZ DE FREITAS BUENO

MARCOS ARBAITMAN

MAURÍCIO NAMUR MUSCAT

MIGUEL CARLOS FONTOURA DA SILVA KOZMA

NELSON VIEIRA BARREIRA

NORBERTO DE FRANCO MEDEIROS

SILVIO ALEIXO